



Foro Interparlamentario de las Américas
Foro Interparlamentar das Américas

FIPA

Inter-Parliamentary Forum of the Americas
Forum interparlementaire des Amériques

RELATÓRIO

PRIMEIRA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA

14 e 15 de março de 2002
Cidade do México, México

SUMÁRIO

1. Introdução.....	3
2. Sessão de Abertura	3
3. Sessão inicial da Assembléia Plenária.....	4
3.1 Eleição do Presidente da Assembléia Plenária	4
3.2 Aprovação da agenda de trabalho	4
3.3 Relatório da Presidente do FIPA à Assembléia Plenária	4
3.4 Eleição do novo Presidente do FIPA.....	4
3.5 Consideração e aprovação de moções.....	4
3.6 Constituição dos grupos de trabalho	5
3.7 Assuntos diversos.....	5
3.8 Atualização dos temas relacionados com a Cúpula das Américas e o processo de negociação da ALCA.....	5
4. Sessão final da Assembléia Plenária	6
4.1 Apresentação do projeto do Parlamento Virtual das Américas	6
4.2 Aprovação da moção para modificar os procedimentos.....	6
4.3 Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho	6
4.4 Eleição da Comissão Executiva	8
4.5 Anfitrião da próxima Assembléia Plenária.....	8
5. Encerramento da Assembléia Plenária	8
6. Anexos.....	9

Texto original: espanhol

1. Introdução

A convite do Congresso dos Estados Unidos Mexicanos, a Primeira Reunião Plenária do Foro Interparlamentar das Américas (FIPA) foi realizada na Cidade do México, DF, nos dias 14 e 15 de março de 2002. Mais de 80 delegados dos legislativos nacionais de 23 países do Hemisfério participaram deste importante evento, em um ambiente de cordialidade e cooperação (*ver a lista dos países e delegados presentes no Anexo I*).

O tema que serviu de orientação para as discussões foi o da segurança no novo milênio e o papel dos legisladores para garantir maior segurança no Hemisfério. Três grupos de trabalho consideraram diferentes perspectivas do tema central e um quarto discutiu o processo de negociação da ALCA, o qual se constituirá em tópico permanente das reuniões do Foro.

2. Sessão de Abertura

A Primeira Reunião Plenária do FIPA foi aberta na quinta-feira, 14 de março de 2002, em cerimônia especial realizada no *Hotel Fiesta Americana Reforma*, na Cidade do México. Assistiram à cerimônia delegados dos diversos países, personalidades políticas do Continente, membros do corpo diplomático e outros convidados especiais.

Durante o ato de abertura fizeram uso da palavra a Senadora Céline Hervieux-Payette, do Canadá, Presidente Interina do FIPA; o Excelentíssimo Senhor Bill Graham, Ministro das Relações Exteriores do Canadá; o Senador Diego Fernández de Cevallos, Presidente do Senado do México; a Senadora Silvia Hernández Enríquez, Presidente da Reunião Plenária; o Excelentíssimo Senhor Vicente Fox Quezada, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, e o Excelentíssimo Senhor César Gaviria Trujillo, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (*ver o texto dos discursos pronunciados no Anexo 2*).

3. Sessão inicial da Assembléia Plenária

Após a cerimônia de abertura, os trabalhos da Assembléia Plenária foram iniciados. A Senadora Céline Hervieux-Payette, Presidente interina do Foro, deu boas-vindas aos delegados e presidiu à eleição do Presidente da Reunião.

3.1 Eleição do Presidente da Assembléia Plenária

Por proposta da Delegação da Guatemala, apoiada pela Delegação de Santa Lúcia, a senadora mexicana Silvia Hernández Enríquez foi eleita por aclamação Presidente da Primeira Reunião Plenária do FIPA.

3.2 Aprovação da agenda de trabalho

A Presidente da Reunião anunciou a agenda preliminar e as tarefas dos grupos de trabalho. Os delegados aprovaram a agenda de trabalho proposta pela Delegação do Canadá (*ver a agenda de trabalho no Anexo 3*).

3.3 Relatório da Presidente do FIPA à Assembléia Plenária

A Presidente interina apresentou o relatório anual das atividades do FIPA, no qual foram resumidos os trabalhos realizados pela Comissão Executiva, e destacou o desenvolvimento do projeto do Parlamento Virtual das Américas.

3.4 Eleição do novo Presidente do FIPA

A Assembléia Plenária considerou a renúncia do Excelentíssimo Senhor Bill Graham ao cargo de Presidente do FIPA e procedeu à eleição do novo Presidente, de acordo com o item 2.3, g, do Regulamento. A Assembléia Plenária acatou favoravelmente a proposta da Delegação da Argentina, apoiada por Santa Lúcia, Peru, El Salvador, Haiti, México, Belize, Brasil e Chile, e elegeu por aclamação a Senadora Céline Hervieux-Payette, do Canadá, para exercer a presidência do FIPA por um período de dois anos.

3.5 Consideração e aprovação de moções

Foram submetidas à consideração da Plenária as moções propostas pela Comissão Executiva. Após o debate, a Assembléia Plenária aprovou por unanimidade sete moções e solicitou à Comissão Executiva que revisse o texto da moção relacionada com as mudanças nos procedimentos, a fim de considerá-la no dia seguinte (*ver o texto das moções no Anexo 4*).

3.6 Constituição dos grupos de trabalho

A Presidente da reunião explicou a constituição dos grupos de trabalho, os quais ficaram assim estabelecidos:

Grupo de Trabalho Nº 1 - Instrumentos legais em matéria de segurança

Presidente: Senador César Camacho (México)

Mediadora: Sra. Carmen Oñate (Secretaria das Relações Exteriores do México)

Relatora: Srta. Angela Crowdy (OEA)

Grupo de Trabalho Nº 2 – O problema do crime organizado

Presidente: Sr. Louis Tull, Membro do Parlamento (Barbados)

Mediador: Sr. Jorge Mario Eastman (OEA)

Relator: Sr. Rodrigo Silva (OEA)

Grupo de Trabalho Nº 3 – Migração e fronteiras

Presidente: Deputado Carlos Santiago Nájera (Guatemala)

Mediador: Sr. Rodolfo Tuirán (Conselho Nacional de População do México)

Relatora: Srta. Estela Cárdenas (México)

Grupo de Trabalho Nº 4 – Processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas

Presidente: Senadora Céline Hervieux-Payette (Canadá)

Mediador: Sr. Thomas J. Oommen (Canadá)

Relator: Sr. César Parga (OEA)

3.7 Assuntos diversos

A Presidente da reunião leu uma carta do líder da maioria no Senado dos Estados Unidos da América, Sr. Thomas Daschle, que apresentou saudações aos participantes e hipotecou seu apoio à realização da Primeira Reunião Plenária do FIPA, desculpando-se, por sua vez, pela impossibilidade de a ela assistir (*ver o texto desta carta no Anexo 5*).

3.8 Atualização dos temas relacionados com a Cúpula das Américas e o processo de negociação da ALCA

O Sr. Marc Lortie, representante pessoal do Primeiro Ministro do Canadá junto à Cúpula das Américas, fez uma exposição à Plenária a fim de colocar os legisladores a par do processo de implementação da Cúpula das Américas, bem como das negociações da ALCA. O Sr. Lortie também falou do papel que os legisladores podem desempenhar no processo de implementação das decisões da Cúpula das Américas e sublinhou a importância do FIPA como parte integrante do Sistema

Interamericano e peça vital do processo de cooperação (*ver o texto completo desta exposição no Anexo 6*).

4. Sessão final da Assembléia Plenária

Após as deliberações dos grupos de trabalho, foi realizada a sessão final da Assembléia Plenária na tarde de sexta-feira, 15 de março de 2002. A Plenária acordou alterar a ordem do dia da reunião e começar pela apresentação do projeto do Parlamento Virtual das Américas.

4.1 Apresentação do projeto do Parlamento Virtual das Américas

O Sr. Riff Fullan, representante da Bellanet International - Canadá, apresentou à Plenária o projeto do Parlamento Virtual das Américas. Durante esta apresentação foram prestados esclarecimentos sobre os objetivos do projeto e explicado o papel das distintas instituições encarregadas de executá-lo. Também foi distribuído um questionário destinado a colher sugestões para o desenvolvimento do sistema e o atendimento das necessidades de informação dos parlamentares.

4.2 Aprovação da moção para modificar os procedimentos

De acordo com o estabelecido na primeira sessão da Plenária, considerou-se uma nova versão da moção para modificar o regulamento no tocante aos procedimentos. O Deputado Marcelo Stubrin, da Argentina, apresentou e explicou a nova redação do documento. A proposta foi apoiada pelas delegações do Uruguai, Equador, Peru, Venezuela, Paraguai, El Salvador e Canadá, sendo finalmente aprovada por unanimidade (*ver o texto desta moção no Anexo 7*).

4.3 Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho

Os presidentes dos grupos de trabalho apresentaram à Assembléia Plenária os relatórios de suas deliberações e as respectivas recomendações.

Grupo de Trabalho Nº 1 - Instrumentos legais em matéria de segurança

O Grupo de Trabalho Nº 1 foi presidido pelo Senador César Camacho, do México. Em sua primeira sessão, as deliberações do grupo concentraram-se no tema da segurança. Na segunda sessão foram analisados os instrumentos jurídicos internacionais existentes em matéria de segurança e pendentes de ratificação, bem como discutidas a ameaça representada pelo terrorismo e as políticas apropriadas para tratar deste problema.

Após o debate, a Assembléia aprovou o relatório e as nove recomendações preparadas por este grupo (*ver o texto do relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho Nº 1 no Anexo 8*).

Grupo de Trabalho Nº 2 – O problema do crime organizado

O Grupo de Trabalho Nº 2 foi presidido pelo Sr. Louis Tull, membro do Parlamento de Barbados. Este grupo de trabalho concentrou seu debate nos temas relativos a terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Os participantes compartilharam suas experiências na luta contra estes flagelos e ressaltaram a necessidade de ratificar as convenções internacionais relacionadas com estes temas.

Após o debate, a Assembléia aprovou o relatório e as 11 recomendações preparadas por este grupo. *(Ver o texto do relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho Nº 2 no Anexo 9).*

Grupo de Trabalho Nº 3 – Migração e fronteiras

O Grupo de Trabalho Nº 3 foi presidido pelo Deputado Carlos Santiago Nájera, da Guatemala. Os participantes deste grupo discutiram as causas gerais do fenômeno migratório e as conseqüências deste nos países de origem e de destino. Também destacaram a importância de acompanhar o processo de integração econômica na Região com a atualização das normas migratórias *(ver o texto do relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho Nº 3 no Anexo 10).*

Grupo de Trabalho Nº 4 – O processo de negociação da ALCA

O Grupo de Trabalho Nº 4 foi presidido pela Senadora Céline Hervieux-Payette, do Canadá.

Este grupo tratou do tema do processo de integração econômica no Hemisfério e destacou a necessidade de uma participação ativa e eficaz dos legislativos nacionais no processo de criação da ALCA. As discussões do grupo abordaram os diferentes capítulos do resumo do documento base das negociações da ALCA. Os delegados também manifestaram sua preocupação com a crise econômica que a República Argentina vem atravessando.

No tocante à Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Monterrey, México, 18 a 22 de março de 2002), os delegados expressaram seu apoio à mesma, bem como a seus objetivos. Ademais, decidiram incluir as conclusões dessa Conferência em suas deliberações futuras.

Durante a consideração das recomendações deste grupo de trabalho, a Assembléia Plenária decidiu por unanimidade fazer acréscimos na recomendação sobre os direitos de propriedade intelectual. Por sua vez, a Delegação do Brasil externou sua preocupação com a questão do aço nas negociações da ALCA por meio de uma declaração unilateral cuja inclusão neste relatório solicitou *(ver o texto completo da declaração unilateral da Delegação do Brasil no Anexo 12).*

Após o debate, a Assembléia aprovou o relatório e as recomendações preparadas por este grupo (*ver o texto do relatório e as recomendações do Grupo de Trabalho N° 4 no Anexo 11*).

4.4 Eleição da Comissão Executiva

A Assembléia Plenária procedeu à eleição dos membros da Comissão Executiva. Cada uma das quatro sub-regiões elegeu por consenso seus representantes na Comissão, cujos nomes foram anunciados na Plenária. Os países mencionados abaixo foram eleitos para a Comissão Executiva por um período de dois anos:

América do Norte — Canadá
América Central — Guatemala
Caribe — Jamaica
América do Sul — Brasil

(Ver a composição da Comissão Executiva no Anexo 13.)

4.5 Anfitrião da próxima Assembléia Plenária

A Delegação do Panamá reiterou o convite que havia feito no ano anterior em Ottawa e apresentou proposta no sentido de ser o país anfitrião da próxima reunião do Foro. A Plenária aceitou por unanimidade este convite e decidiu que a Assembléia Plenária do FIPA em 2003 será realizada no Panamá.

De acordo com o Regulamento do FIPA (2.3,b), o Panamá, na qualidade de país anfitrião, terá um representante na Comissão Executiva durante um ano.

5. Encerramento da Assembléia Plenária

A Senadora Hervieux-Payette agradeceu à Senadora Hernández e aos membros da Comissão Executiva por suas contribuições à organização da reunião, ao pessoal administrativo do México e do Canadá pela colaboração prestada para a realização do evento e aos delegados por sua participação. Finalmente, a Presidente da Reunião declarou encerrada a Primeira Assembléia Plenária do FIPA.

Atenciosamente,

Senadora Céline Hervieux-Payette, c.p.
Presidente do FIPA

6. Anexos

Anexo 1

PAÍSES E DELEGADOS ASSISTENTES

Argentina

Senador Juan Carlos Maqueda, Presidente do Senado (Chefe da Delegação)
Senadora Cristina Perceval
Deputado Marcelo Stubrin
Deputado Rodolfo Terragno

Bahamas

Senador John Henry Bostwick, Presidente do Senado

Barbados

Deputado Louis R. Tull

Belize

Dep. Sylvia Flores, Presidente da Câmara de Representantes
Deputada Clara Zetina

Bolívia

Senador Félix Alanoca González

Brasil

Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (Chefe da Delegação)
Senador Roberto Freire
Senador José Fogasa
Deputado Federal Milton Temer
Deputado Federal Sérgio Barros
Deputado Federal Antonio Jorge
Deputado Federal José Francisco das Neves

Canadá

Senadora Céline Hervieux-Payette (Presidente do FIPA)
Deputado John Godfree (Chefe da Delegação)
Senador John Lynch-Staunton
Senadora Lorna Milne
Deputado Bill Casey
Deputado Pierre Paquette
Deputado Bernard Patry
Deputado Svend Robinson
Deputado John Williams



FIPA
MÉXICO 2002

FIPA/PA/2002/REP/p/VF

Cuba

Ricardo Alarcón Quezada, Presidente da Assembléia Nacional (Chefe da Delegação)
Deputado José Luís Toledo
Deputado Leonel González

Chile

Senador Rafael Moreno Rojas

Equador

Deputado Hugo Moreno Romero

El Salvador

Deputada Carmen Elena Calderón de Escalón
Deputado Alfonso Arístides Alvarenga
Deputado Ruben Orellana
Deputada Blanca Flor Bonilla
Deputado Mauricio López Parker

Estados Unidos da América

(Através de videoconferência)
Senador Christopher Dodd

Guatemala

Deputado Carlos Santiago Nágera (Chefe da Delegação)
Deputada Elsa Leonora Cú Isem
Deputado Clodomiro de León
Deputado Ricardo Rosais Román
Deputado Jorge Rolando Barrientos Pellecer
Deputado José Alfredo Cojtí Chiroy

Haiti

Deputado Étienne Lionel
Deputado Ulrick Saint Cyr
Deputado Lamour Gesner
Deputado Joseph Kessède

Honduras

Deputado Virgilio Umanzor
Deputado Hugo Gamica

Jamaica

Deputada Doreen Chen

México

Senadora Silvia Hernández (Presidente da Reunião)
Senador Fernando Margáin
Senador Germán Sierra
Senadora Cecilia Romero
Senador Jorge Lozano
Senadora Sara Isabel Castellanos
Senadora Lydia Madero
Senador Héctor Osuna
Senador César Camacho
Deputado Ildelfonso Guajardo
Deputada Silvia Alvarez
Deputado Raúl Cervantes
Deputado Tarcisio Navarrete
Deputado Enrique Herrera
Deputada Olga Patricia Chozas
Deputado Gregorio Urias

Nicarágua

Deputado René Herrera Zúniga
Deputado Nelson Artola Escobar

Panamá

Legislador José Isabel Blandón
Legislador Felipe Cano

Paraguai

Senador Luís Alberto Mauro

Peru

Senadora Judith da Mata
Senador José Luís Risco
Senador Luís Javier Gonzáles

Santa Lúcia

Dep. Matthew Vernon Roberts (Presidente da Assembléia)

Venezuela

Deputada Benita Araujo (Chefe da Delegação)
Deputada Desirée Santos
Deputada Amalia Saéz
Deputado José Gregorio Briceño
Deputado Ricardo Gutiérrez
Deputado Elías Matta

Deputado Ezequiel Vivas

Observadores especiais

Parlamento Andino

Deputada Jhannet Madriz, Presidente do Parlamento Andino

Senador Honorio Gálvis

Deputado Luís Diaz Laplace

ANEXO 2

**Discurso da Sra Céline Hervieux-Payette
Senadora do Canadá
Presidente do Foro Interparlamentar das Américas**

(O discurso original foi pronunciado em francês, inglês e espanhol)

Em primeiro lugar desejo aproveitar esta ocasião para agradecer ao Excelentíssimo Presidente Vicente Fox Quesada por nos honrar com sua presença, bem como ao Exmo Sr Bill Graham, Ministro das Relações Exteriores do Canadá, ao Sr César Gaviria, da Organização dos Estados Americanos, e ao presidente do Senado, Diego Fernández de Cevallos. Da mesma forma, quero agradecer à Senadora Silvia Hernández pela organização desta segunda reunião.

Aproveito a ocasião para agradecer também ao nosso novo Ministro das Relações Exteriores, Sr Bill Graham, em nome dos membros do FIPA por sua excelente contribuição ao longo do ano para a preparação desta conferência. Da mesma forma, lhe transmito, como presidente interina, nossas felicitações e nossos melhores votos de sucesso no desempenho de suas importantes funções. Conhecemos desde já seu compromisso pessoal - e atualmente ministerial - em apoiar a causa do FIPA perante seus colegas das Américas e lhe agradeço por seu apoio ao avanço do diálogo entre os parlamentares.

Tenho muita satisfação de estar novamente com vocês para a Segunda Reunião Plenária do Foro Interparlamentar das Américas e para constatar também, este ano, a grande participação de parlamentares provenientes de todo o território das Américas.

No ano passado, o FIPA foi constituído oficialmente e adotou seus regulamentos. Desde então, a Organização dos Estados Americanos e a Cúpula das Américas reconheceram oficialmente nossa organização como a voz dos eleitores nas Américas e porta-voz mais eficaz de seus interesses e aspirações.

Todos temos interesses comuns que repousam sobre os princípios democráticos, a primazia do direito e o respeito pelos direitos individuais. Além disso, todos estamos aqui na qualidade de representantes oficiais de nossos respectivos países, tendo sido escolhidos pelos presidentes de nossos parlamentos.

A segurança é o tema que guiará as discussões desta Segunda Assembléia. Esta preocupação que invade a arena política desde os terríveis acontecimentos de 11 de setembro do ano passado, merece toda nossa atenção a fim de encontrarmos soluções que protegerão nossas populações e respeitarão seus direitos fundamentais.

**Discurso do Sr Bill Graham
Ministro das Relações Exteriores do Canadá**

(O discurso original foi pronunciado em inglês e francês)

Tenho o grande prazer, embora reconheça que sinto também um certo pesar, em reunir-me hoje aqui com as senhoras e os senhores. Digo que é um prazer pelo grande número de amigos presentes nesta sala que fizemos no transcurso de nosso trabalho no ano passado em Ottawa. E também pela bem-sucedida reunião que estamos realizando aqui no México e que tão promissora se apresenta para nosso Hemisfério. Digo também que me dá um certo pesar porque era meu sincero desejo participar desta reunião, ter a oportunidade de presidir mais um ano esta importante organização e trabalhar com todos vocês em questões de tanta transcendência para as Américas.

Foi um momento de grande orgulho quando, no ano passado, fui eleito Presidente do FIPA. Pensava em continuar trabalhando com as senhoras e os senhores durante dois anos nesse importante posto, já que me sinto também orgulhoso pelo fato de o Canadá desempenhar um papel tão destacado no estabelecimento desta instituição que permitirá estabelecer vínculos entre nossos parlamentos e povos em todo o Hemisfério. Estou plenamente convencido de que o papel desempenhado por esta instituição irá adquirir uma importância cada vez maior à medida que as forças da integração continuem nos aproximando e estreitando os vínculos entre o Norte e o Sul.

Sem dúvida, todos aqui reunidos são também políticos e parlamentares. Portanto, não seria totalmente sincero de minha parte se não dissesse que também foi um prazer o fato de o Primeiro-Ministro do Canadá me oferecer o cargo de Ministro das Relações Exteriores, razão pela qual me vi obrigado a renunciar a minhas funções no FIPA. Creiam, todavia, quando lhes digo que mantereí vivo meu interesse em seu trabalho, já que ele representa uma importante dimensão de nossa política exterior, especialmente a partir da Cúpula de Quebec do ano passado. Na verdade, todos nós nos comprometemos em promover a boa governança e a consolidar as instituições democráticas em todo nosso Hemisfério, um compromisso que provavelmente pode ser considerado o objetivo central anunciado durante a Cúpula. Em sociedades democráticas como as nossas, os parlamentares agem como conduto entre os cidadãos e seus governos, garantindo que sejam levadas em consideração as preocupações das pessoas, que se respeite o Estado de Direito e que os governos sejam obrigados a prestar contas de suas ações. Os parlamentares desempenham um papel essencial na elaboração dos programas nacionais e sua participação é de vital importância para a formulação de políticas exteriores coerentes e construtivas. Esta é a pedra angular da democracia representativa.

Na semana passada, o The Economist publicou uma série de artigos nos quais se perguntava se a América Latina havia perdido o rumo. Creio que nossa presença aqui hoje responde com um inequívoco “não” a essa pergunta. Em nenhum outro lugar do mundo o ideal democrático foi consolidado com tanta eficácia e profundidade e em tão curto período de tempo como nas Américas nos últimos anos, tal como refletem a inclusão da cláusula democrática na declaração da Cidade de Quebec e a adoção da Carta Democrática Interamericana.

O sistema interamericano se baseia no princípio segundo o qual os Estados, mesmo sendo independentes, mantêm vínculos estreitos e oficiais. E se fundamenta na crença comum de que apenas os governos democráticos reúnem as condições propícias para o desenvolvimento de sociedades justas e eqüitativas. Não obstante, o sistema interamericano não deixa de evoluir. Suas numerosas instituições e, sobretudo, a OEA, foram estimuladas pela introdução do processo de Cúpulas das Américas em 1994, e desde então por um aumento considerável no número e na freqüência das reuniões hemisféricas a nível ministerial em uma ampla gama de setores.

Para este encontro, todavia, a nova iniciativa mais importante na família interamericana foi a criação e o desenvolvimento de nosso Foro Interparlamentar das Américas. A criação deste foro estava prevista em resoluções da OEA que datam de 1998. Por isso, devemos reconhecer que a Organização dos Estados Americanos e sua Unidade para a Promoção da Democracia proporcionaram o modelo do qual surgiria o FIPA. Por outra parte, graças às contribuições voluntárias dos Estados membros, continuamos contando com seu suporte técnico, e gostaria aproveitar a ocasião para expressar ao Secretário-Geral César Gaviria meus agradecimentos por seu apoio ao FIPA e ao trabalho que desejamos realizar.

Não obstante, se bem estas origens nos vinculem claramente ao sistema interamericano, não podemos esquecer que o produto final, o próprio FIPA, não teria visto a luz do dia sem a visão clara e a firme disposição de pessoas como Silvia (Hernández) e outros colegas, bem como sem os infatigáveis esforços dos parlamentares deste Hemisfério. Graças ao entusiasmo e à determinação de muitos dos aqui presentes e de outros que infelizmente não puderam nos acompanhar, contamos atualmente com uma associação que reúne representantes de parlamentos nacionais com o objetivo de contribuir para o programa hemisférico. Somos os únicos a fazê-lo a partir de uma perspectiva parlamentar e legislativa. Estou seguro de que todos vocês irão convir que esta iniciativa pode apenas fortalecer o sistema interamericano.

Recordem que durante a Terceira Cúpula das Américas os Chefes de Estado e de Governo adotaram um Plano de Ação, comprometendo-se a promover a cooperação e o intercâmbio de experiências e melhores práticas parlamentares entre os legislativos nacionais do Hemisfério, mediante mecanismos bilaterais, subregionais e hemisféricos tais como o FIPA. Em nossa qualidade de parlamentares, temos agora o dever de reconhecer que a Cúpula da Cidade de Quebec estabeleceu um programa equilibrado e

coerente para as Américas; um programa cimentado nos valores da democracia, na prosperidade econômica, na estabilidade social e na segurança hemisférica; um programa que reconhece a crescente interdependência dos Estados e dos povos de nosso Hemisfério; um programa com visão de futuro, flexível e capaz de se adaptar rapidamente às situações, inclusive às mais extremas como os ataques terroristas de 11 de setembro.

Na qualidade de Ministro das Relações Exteriores desempenho agora uma função diferente no seguimento do processo de Cúpulas, porém posso lhes assegurar que a implementação das iniciativas das Cúpulas vai muito bem no Hemisfério, tal como lhes dirá em alguns minutos Marc Lortie, representante pessoal do Primeiro-Ministro do Canadá para a Cúpula das Américas. Minha nova posição estratégica me permite precisamente entender com clareza ainda maior a importância do papel que devem desempenhar os parlamentares visando assegurar o bom cumprimento dos mandatos das Cúpulas.

Afinal, era o que nos propúnhamos fazer durante o encontro do ano passado, isto é, aprofundar o diálogo entre os parlamentares das Américas, cujos programas de cooperação internacional propõem implementar melhores práticas comuns, compartilhar nossas experiências e aprender uns com os outros. Esta semana temos muito trabalho a fazer, num programa apertado quando serão abordadas, entre outras, questões relativas à segurança, o processo de negociação da ALCA, o crime organizado, a imigração e as fronteiras. Após os eventos de 11 de setembro, seu trabalho será ainda mais importante já que devem velar pela adoção das leis adequadas que permitam proteger nossos cidadãos frente às ameaças internas e externas e realizar, ao mesmo tempo, as ações necessárias visando o movimento de bens e pessoas através de nossas fronteiras.

Nosso Hemisfério respondeu bem aos trágicos eventos de 11 de setembro. Reagimos prontamente para acelerar os trabalhos do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo, que aprovou e colocou em andamento um programa prático concentrado na cooperação e na capacitação. Os ministros das Relações Exteriores concordaram em acelerar o processo de revisão da segurança hemisférica, que culminará com uma conferência especial sobre segurança em 2003. Além disso, a fim de facilitar a cooperação na adoção de medidas contra o terrorismo, os ministros das Relações Exteriores solicitaram que se negociasse uma Convenção Interamericana Contra o Terrorismo. Esta tarefa deverá ser completada antes da Assembléia Geral da OEA a ser realizada no mês de junho. Permita-me expressar, Sr Presidente, nosso unânime agradecimento ao México por presidir as negociações de tal convenção. Está previsto que os parlamentares desempenharão um papel vital quando chegar o momento de ratificá-la.

Creio que todos estamos de acordo quanto a uma realidade: o trabalho do FIPA, na verdade, está apenas começando. Ainda há um longo caminho a percorrer visando assegurar que o processo de integração hemisférica seja vantajoso para os cidadãos

das Américas. O FIPA existe há apenas um ano. Esta reunião será um passo adiante no trabalho iniciado no ano passado em Ottawa. Estou plenamente convencido de que as senhoras e os senhores regressarão a seus parlamentos nacionais com uma nova perspectiva sobre os assuntos de importância hemisférica e deles tratarão com renovada energia. Por outro lado, isso nos deveria servir de estímulo para participar da próxima reunião do FIPA com novas idéias sobre como podemos responder aos desafios que coletivamente enfrentamos em nosso Hemisfério.

Gostaria de felicitar também o Senado mexicano pela excelente organização desta reunião. Sei que ela será um grande sucesso levando-se em conta a presença aqui, esta semana, de um grupo tão numeroso de pessoas dinâmicas. Como disse no início, tenciono continuar participando de forma ativa do processo. Silvia (Hernández) explicou claramente, como sempre fazem os políticos, que embora devamos estar agradecidos pelos serviços prestados no passado, o mais importante é concentrar nossa atenção no futuro. Nesse sentido, quero lhes assegurar que embora minhas responsabilidades atuais me tenham obrigado a renunciar à presidência do FIPA, continuarei compartilhando de coração os interesses do Foro e de todos vocês, seus participantes. Posso lhes assegurar, também, que o Canadá continuará defendendo com firmeza este foro e participando dele de forma ativa. Gostaria, por outro lado, de conclamá-los a se converterem em ardentes promotores da cooperação hemisférica em seus próprios parlamentos.guardo com grande interesse a oportunidade de um dia me reunir com as senhoras e os senhores em seus próprios países e continuar o diálogo iniciado graças a esta maravilhosa iniciativa que empreendemos juntos.

Thank you. Merci. Gracias. Obrigado.

**Discurso do Sr Diego Fernández de Cevallos
Senador dos Estados Unidos Mexicanos
Presidente do Senado da República**

(O discurso original foi pronunciado em espanhol)

O Senado da República se regozija por ser anfitrião desta primeira sessão plenária do Foro Interparlamentar das Américas e dá às senhoras e aos senhores as mais fraternais boas-vindas.

Os processos de globalização e integração econômica geraram uma atividade multilateral cada vez mais intensa. Por isso, é imperativo impulsionar mais e melhores mecanismos que fortaleçam a diplomacia parlamentar a fim de assegurar que os benefícios das negociações sejam distribuídos de modo eqüitativo entre as sociedades de todos os nossos países.

No Senado Mexicano compartilhamos a posição de suas Delegações que participaram da reunião inaugural do Foro, realizada há um ano no Canadá. O FIPA não é para nós apenas mais um foro parlamentar, é a contribuição que faz ao mundo das relações parlamentares na região das Américas, é fundamental para dar sustento e complementar os afazeres das atividades multilaterais à medida que explora e analisa temas e necessidades sociais que nos são comuns.

Deve ser destacada a proximidade do tema deste Foro com o que atualmente trata a Organização dos Estados Americanos. E isso demonstra que as diplomacias formal e parlamentar atuam em harmonia quando se busca seriamente o bem comum.

Com a realização desta primeira sessão se fortalecem os vínculos entre os Congressos do Hemisfério. Estou seguro que aqui haverá acordos sobre procedimentos ágeis visando o intercâmbio de informações em temas de interesse fundamental e que serão adotadas estratégias comuns em benefício de todos.

A questão da segurança, sempre presente no Hemisfério, adquire hoje novas conotações. A paz e a estabilidade mundiais estão fortemente ameaçadas por fenômenos como o narcotráfico e o crime organizado aos quais se há de somar uma escalada terrorista com dimensão sem precedente.

Por isso, senhoras e senhores, devemos agir com inteligência e com decisão para gerar instrumentos jurídicos homogêneos que, respeitando as legislações dos países, contribuam para superar esses flagelos.

Também, a partir da perspectiva da segurança hemisférica e para alcançar o desenvolvimento positivo de nossas sociedades, é indispensável obter uma integração justa no âmbito econômico.

Estão em vigor, nas Américas, acordos e convênios de livre comércio em algumas regiões e países. Há tempos se discute a instauração da Área de Livre Comércio das Américas, que permitiria a integração comercial de nosso Hemisfério.

Em nossa opinião, chegou o momento de dar um impulso decisivo a todos aqueles projetos que permitam à nossa região concorrer de maneira bem-sucedida com os que já se uniram.

Senhoras e senhores, podemos concordar que uma autentica integração comercial que respeite identidades, culturas, direitos humanos e soberanas será fortaleza e não ameaça, e, sem dúvida, contribuirá para que cada nação estenda os benefícios substanciais ao desenvolvimento.

Senhor César Gaviria, suas palavras irão inspirar os trabalhos deste Foro.

Senhor Presidente Vicente Fox, sua presença para inaugurar esta Primeira Sessão Plenária do Foro confirma a disposição compartilhada pelo Executivo e Legislativo Federais no sentido de trabalharem juntos em favor do México e das Américas.

O Senado da República faz votos que estes trabalhos gerem importantes benefícios públicos e, assim, contribuamos para obter condições de vida mais humanas para nossos povos.

Muito obrigado.

**Discurso da Sra Silvia Hernández Enríquez
Senadora dos Estados Unidos Mexicanos
Presidente da Primeira Assembléia Plenária do FIPA**

(O discurso original foi pronunciado em espanhol)

O tema que nos reúne nesta ocasião é o da segurança de nossas nações.

A maioria das pessoas supõe que a segurança internacional é um assunto do Poder Executivo e de seus órgãos, quando na verdade este assunto tão complexo é uma responsabilidade do Estado. Do Estado e de suas instituições, do Estado e da sociedade; e tal como exige a mais ampla cooperação entre as nações, também reclama dentro dos países a mais ampla cooperação entre os poderes públicos.

São numerosos os tratados internacionais em nossa América assinados pelos governos e que, todavia, ainda não foram ratificados.

Temas de importância para a segurança internacional certamente estão exigindo que rompamos o modelo obsoleto de que quanto mais longe o Executivo e o Legislativo estiverem um do outro, melhor.

Os novos tempos e o amadurecimento democrático que alcançamos no Hemisfério, sem dúvida propiciam a cooperação entre os poderes, a partir desde já de um pleno respeito pelas faculdades de cada um. Sendo boa a lei, melhor que seja posta de imediato a serviço da sociedade.

Como abordar, nesta Conferência, o tema da segurança nacional?

Foi uma atitude sábia dos governos não atrasar o avanço de suas negociações, em benefício da busca de uma definição que satisfaça a todos.

Para nós é muito claro que o termo segurança nacional deixou para trás completamente o da defesa nacional, e que desde logo se envolve e aproxima mais dos fenômenos extremos de pobreza, inclusive de riscos de saúde quando colocam em risco a estabilidade das instituições.

Saltam à vista novas ameaças à segurança das nações que poderiam se concentrar em uma expressão: crime internacional, seja qual for a sua forma. Tráfico ilícito de crianças, tráfico ilícito de armas, de estupefacientes, lavagem de dinheiro, financiamento para o terrorismo. Nosso Foro tentará se aprofundar nestes fenômenos a fim de encontrar fórmulas para abatê-los com a lei.

Vamos aproveitar a oportunidade deste esplêndido encontro para fazer um exercício novo. Vamos analisar o ponto em que se encontram as negociações para a Convenção

Interamericana Contra o terrorismo, para que possamos conhecer as posições dos governos e ser partícipes ativos dando opinião, sugerindo e recomendando, de forma que esta co-participação na elaboração de um tratado indiscutivelmente importante para todos tenha, desde agora, a representação dos povos que nem sempre são, necessariamente, representados no governo. Governo e oposição, maioria e minorias, todos apontando para a busca de uma convenção para enfrentar o terrorismo. Que melhor maneira de se fazer um tratado que, depois de tudo, voltará ao Congresso para ser ratificado!

Ratificar quer dizer “voltar a dizer que sim”. Vamos dizer que sim agindo! Vamos ver também de uma maneira mais clara, graças ao apoio da Delegação do Canadá, este armário de mil gavetas em que estão se transformando as negociações para a Área de Livre Comércio das Américas.

Tardará algum tempo, sabemos. Porém, se desde agora os parlamentares conhecerem seus artigos, seus critérios, o calendário, a maneira através da qual se podem incorporar os bens de nossa pátria e seus serviços ao ritmo que seja melhor para nossas nações, estaremos certos de que em quatro ou cinco anos, quando os governos tiverem concluído sua tarefa, nós também, no Congresso, estaremos prontos para voltar a dizer “sim” e, então, a ratificação será a conclusão de um processo constitucional definido por nossas nações.

Os Congressos têm, desde já, uma tarefa ativa na parte internacional de nossas nações e, também, no trabalho para defender a segurança nacional.

Vamos usar alguns minutos ou algumas sessões para analisar o tema da migração. Muitos o destacam como sendo uma ameaça à segurança nacional, quando é um problema imenso, quando é resultado de uma crise e da devastação, é preciso vê-lo a partir desse lado; porém, também é uma definição estrutural das economias.

Toca aos Congressos esclarecer, revisar essa ameaça, essa oportunidade. Como vemos o tema migratório a partir de nossa posição? Não têm o Congresso e o Parlamento algo a dizer? Ou teríamos de esperar pelas medidas de segurança nas fronteiras, que pode ser que por evitarem a entrada dos maus também impeçam que circulem os bens.

No ano passado, em nossa primeira reunião, a Delegação Mexicana teve o prazer de fazer uma contribuição ao FIPA, propondo a criação de um Parlamento virtual; um parlamento cibernético que nos permitisse dialogar, discutir, debater, talvez até ter sessões sem sair de nossos próprios parlamentos, para poder entrar nesta rede indispensável de comunicação entre parlamentares que, além disso, reduzisse nossos custos com transporte e movimento. Um Parlamento virtual que elevasse de modo qualitativo nosso trabalho internacional.

Na sessão plenária do último dia vamos conhecer dois avanços do projeto, que são bons e requerem retroalimentação. Estou certa de que poderemos conduzi-lo rapidamente à próxima etapa.

Muito se diz que a política é local – e, na verdade, é. Todavia, torna-se cada vez mais difícil encontrar soluções originais para o que acontece a nível local. Não vamos ter receio do aspecto internacional. Vamos também dar um passo decisivo para modernizar nossa atitude parlamentar voltada apenas para o local; local, nacional e internacional, de repente há assuntos que não permitem uma diferenciação.

Estou certa que o FIPA, como foro, rede e mecanismo de trabalho, vem ocupando um espaço. Um espaço onde falando inglês ou francês, ou português ou espanhol, os que “parlamos” falemos com todos e nos entendamos bem.

Senhor Presidente, sua Excelência não imagina quão verdadeiramente apreciamos sua presença. Reconhecemos este clima que prevalece no México de estupenda coordenação entre os poderes.

A nova vida democrática do Hemisfério é igual, em muitos outros países, onde governo e oposição, Executivo e Congresso, se unem na busca de soluções para assuntos que nos são tão caros como, por exemplo, a segurança de nossas famílias.

Ao Sr César Gaviria, quero agradecer também o apoio da OEA a esta organização nascente, e por nos acompanhar nos debates e em nossos trabalhos.

Amigos parlamentares, bem-vindos ao México.

**Discurso do Exmo Sr Vicente Fox Quesada
Presidente dos Estados Unidos Mexicanos**

(O discurso original foi pronunciado em espanhol)

O Foro Interparlamentar das Américas foi criado há um ano para fortalecer – através do diálogo e do intercâmbio de experiências – o papel dos legislativos no desenvolvimento econômico e democrático.

Hoje, ao se inaugurar esta Primeira Reunião Plenária, recordamos o papel de destaque do Poder Legislativo na definição das mudanças políticas em nosso continente, e o reconhecemos como porta-voz e interlocutor legítimo na definição dos processos de integração internacional.

A democracia requer – hoje, mais que nunca – uma vida parlamentar dinâmica e responsável.

Conscientes disso, as nações que integram a Organização dos Estados Americanos estão procurando, através deste Foro, fazer concordar suas agendas, os procedimentos e as estratégias de apoio a suas instituições legislativas.

Referendamos a convicção de que apenas compartilhando experiências bem-sucedidas conseguiremos estabelecer posturas conjuntas para a solução de nossos problemas, e o faremos através da cooperação prática, tradicional aos países do continente americano desde o século XIX.

Enalteço o esforço desta organização e deste Foro Interparlamentar que acolhe – sem distinção alguma – todos os representantes dos Poderes Legislativos dos países do continente.

Enalteço também o fato de que o nosso propósito seja estabelecer o intercâmbio de propostas e idéias que nos levem a soluções legislativas para o bem-estar de nossas sociedades.

O tema que nos une nesta ocasião se distingue não apenas por ser especial e relevante a nível mundial mas, sim, por sua importância no momento atual.

A reflexão sobre segurança – e eu diria sobre seguranças, plural – no novo milênio e o papel dos parlamentares na definição de instrumentos legais que a assegurem da melhor maneira, nos permitirá estabelecer uma frente comum no Hemisfério.

Um dos problemas de segurança que afeta a todos nós é o do crime organizado. Por isso, o intercâmbio de experiências e soluções alternativas resultarão na criação de

políticas mais eficazes de combate ao narcotráfico, ao tráfico de armas, à lavagem de dinheiro e ao terrorismo.

Com profundo respeito pelas particularidades de cada país, uma política desta natureza deve se converter em um modelo de referência multilateral, bem como no marco de um acordo em torno de códigos legais compartilhados.

A proliferação deste tipo de problemas – como é o caso do terrorismo – nos obriga a refletir sobre os controles e mecanismos de vigilância que devem existir em nossas fronteiras.

Temos de pensar, além disso, em estratégias legais que assegurem a liberdade e a proteção dos direitos dos que por elas transitam.

Outro aspecto estreitamente ligado ao anterior e com as seguranças necessárias no continente, é o da migração. Seu impacto econômico e social, e o aumento dos fluxos migratórios, exigem que repensemos as formas com que tradicionalmente se tratou este fenômeno.

E este Foro é precisamente um espaço idôneo para obter propostas que permitam um equilíbrio entre as ações, voltadas a facilitar o movimento das pessoas e as preocupações em matéria de segurança nas fronteiras nacionais e hemisféricas, e as preocupações sobre como fornecer oportunidades reais aos que precisamente migram por não contarem com tais oportunidades.

A insegurança econômica se origina na desigualdade econômica. Isso nos leva também a criar propostas de cooperação multilateral que nos permitam obter um melhor equilíbrio nos graus de desenvolvimento dos países que integram este Foro e, ao mesmo tempo, a obrigação de aumentar os níveis de vida de nossas nações.

Hoje, mais que nunca, é preciso dar continuidade ao processo de integração da Área de Livre Comércio das Américas, que já está em andamento, e envolver nossos representantes legislativos no processo de negociações.

Só assim poderemos assegurar um intercâmbio transparente com base em regras claras, estáveis e obrigatórias em benefício de todos.

Senhoras e senhores:

Nós, que temos como compromisso as tarefas de execução e de representação, conferidas pelos cidadãos, sabemos que os processos de produção das leis e sua exata observância são fundamentais para a estabilidade e para a boa governança.

Sabemos também que em uma dinâmica mundial, caracterizada pela convergência de interesses e a busca de canais permanentes de comunicação, iniciativas como as que hoje nos unem são imprescindíveis para manter nossa voz nos debates internacionais.

O caráter hemisférico desta rede parlamentar promove o diálogo para o desenvolvimento legislativo sobre temas da maior importância. Seus trabalhos complementarão os esforços que outros organismos parlamentares realizam em favor de uma atividade legislativa mais eficaz e eficiente em seus respectivos países.

Sejam bem-vindos à cidade do México e ao nosso país, sejam bem-vindos a um novo pilar de fortalecimento da democracia no continente. Mediante as redes profissionais que vêm sendo criadas desde a primeira reunião do FIPA e fortalecendo a função legislativa em nossos respectivos regimes políticos.

Sejam vocês um reflexo fiel dos vínculos de amizade, solidariedade, irmandade e confiança no futuro que unem nossos povos. Com estas palavras e desejando-lhes todo sucesso, permito-me declarar oficialmente abertos os trabalhos desta Assembléia e, se me permitem e se colocarem de pé, procedemos ao ato formal de abertura.

Hoje, 14 de março de 2002, me é especialmente grato declarar oficialmente abertos os trabalhos da Primeira Reunião Plenária do Foro Interparlamentar das Américas. Desejo-lhes todo o sucesso e lhes agradeço por estarem aqui no México.

Palavras do Sr César Gaviria Trujillo
Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA

(O discurso original foi pronunciado em espanhol)

Gostaria de iniciar agradecendo ao Congresso e ao povo do México por sua hospitalidade de sempre, mais uma vez demonstrada com a generosa acolhida que deram a este encontro de parlamentares, representantes eleitos de nossos povos que chegaram desde os mais distantes rincões das Américas. A todos nos unem idéias e valores comuns, que nos irmanam e garantem a vigência dos princípios democráticos em todo o território das Américas.

As transformações democráticas no México de hoje são acompanhadas em todo o Hemisfério com esperança e admiração por seu cunho essencialmente pacífico, por seu modelo de evolução dentro do Estado de Direito, porque encarnam valores democráticos aos quais se chegou via debate e controvérsia, e não como resultado da imposição das idéias de uns sobre os outros. O México foi um guia nas lutas pela justiça social, e hoje defende as aspirações de seus milhões de cidadãos de viver sob um Estado protetor das liberdades públicas. Obrigado também ao Senado do México e ao Sr Diego Fernández de Cevallos por sua acolhida entusiasmada e pela magnífica organização desta grande reunião americana.

Em nome de todos os que participam e acompanham esta louvável iniciativa de reunir os parlamentares do Hemisfério, gostaria de reconhecer a indiscutível liderança do Sr Bill Graham, que está deixando a presidência do FIPA, e que lutou com firmeza e de maneira infatigável para que esta idéia adquirisse a força que a converteu na realidade que hoje nos une. Estou certo que, mesmo com suas novas responsabilidades como Ministro das Relações Exteriores do Canadá, ele continuará dando impulso à consolidação deste importante Foro Hemisférico. Nosso agradecimento especial também à Presidente Interina, Senadora Céline Hervieux-Payette.

O tema central proposto para esta reunião tem duas características de especial importância que gostaria de enfatizar. A primeira, o fato de reunir representantes populares de todas as Américas para discutir um tema que até poucos anos era reservado unicamente a nossos comandos castrenses. Este fato tem para mim um enorme significado democrático. Nada mais representativo da institucionalidade que conseguimos do que termos civis, hierarquia e antigüidade são medidas pelo respaldo popular, reunidos para contribuir com sua visão sobre o caminho que devemos seguir em matéria de segurança hemisférica.

A segunda característica que gostaria de destacar é a pertinência do tema escolhido. Os atrozes atos terroristas de 11 de setembro, do qual foram vítimas cidadãos da imensa maioria de nossos países, com toda a sua barbárie e crueldade, confirmaram a importância dos temas de segurança em nossos assuntos cotidianos e a estreita

relação que guardarão os temas de democracia, paz e segurança em nossas preocupações nos próximos anos.

Esses atos terroristas representam o maior desafio à nossa civilização, a nossos valores, aos direitos humanos e às liberdades públicas, aos princípios de tolerância e pluralismo que todos respeitamos. Eles geraram, também, o momento de maior perigo para nossa segurança coletiva desde que surgiram as instituições interamericanas, há pouco mais de meio século. Eles constituem a mais grave violação dos direitos dos cidadãos americanos de todos os confins.

Se equivocam os terroristas e seus colaboradores se acham que vamos nos dobrar frente à sua barbárie, que vão nos intimidar com seu terror. Alguns minutos após os atentados, ficou claro que os americanos estavam totalmente solidários com o povo e o Governo dos Estados Unidos e que sentíamos como se fosse nossa a dor das famílias das vítimas; que agiríamos com solidariedade, unidade e eficácia; que trabalharíamos em todas as frentes – diplomática, econômica, financeira, política e militar; que enfrentaríamos o terrorismo sem concessões e que não permitiríamos que as liberdades públicas das quais gozamos nas Américas fossem usadas para destruir nossos direitos.

Surgiram nestes seis meses debates que são fruto da difícil conciliação que se apresenta entre os procedimentos de caráter extraordinário que tal luta exige e o respeito pelos direitos cidadãos, que constituem a essência da democracia. E mesmo com o caráter excepcional dos procedimentos que a luta contra o terrorismo exige, muitas de nossas ações dentro do sistema interamericano devem estar voltadas a fortalecer os valores ameaçados em vez de restringi-los: mais Estado de Direito, mais respeito ao pluralismo, mais ação coletiva.

Na OEA, como resultado de vários fatores, conseguimos avançar mais do que qualquer outra organização multilateral na luta contra o terrorismo. O primeiro deles está no fato de que o combate ao terrorismo não era um tema alheio à Organização antes de 11 de setembro. Já em 1971 tínhamos adotado uma Convenção nesse campo, embora tenhamos de reconhecer que seus alcances são muito limitados. Além disso, foram realizadas recentemente no âmbito da OEA duas conferências especializadas, em Lima, em 1996, e em Mar do Plata, em 1998, que condenaram de maneira enérgica todos os atos e métodos terroristas, sem exceção, onde quer que fossem cometidos e quaisquer que fossem seus agentes, modalidades e motivações com que se pretenda justificá-los. Foi criado também o quadro institucional necessário para responder aos desafios terroristas com rapidez e eficácia.

E, por último, conseguimos reagir simultaneamente em três níveis distintos, político, jurídico e operacional, o que nos permitiu ultrapassar o imobilismo associado às vezes a decisões multilaterais. Permitam-me, então, explicar os três níveis de ação em que estamos trabalhando na OEA.

No nível político, a união dos Estados americanos ao redor do combate ao terrorismo se manifestou poucos minutos após os atentados terroristas de 11 de setembro, quando os 34 Ministros das Relações Exteriores do Hemisfério, reunidos em Lima para adotar a Carta Democrática Interamericana, manifestaram sua condenação a esses infames atos e desqualificaram a prática de se concentrar em pessoas inocentes para promover objetivos ideológicos. Todos os Estados americanos se comprometeram a entregar à justiça os autores, organizadores e patrocinadores dos atos terroristas, bem como aqueles que lhes dão ajuda e financiamento. Deixaram também claramente estabelecido que usaríamos todos os meios legais e democráticos para defender nosso direito de viver em paz e democracia.

Alguns dias após a tragédia, os Ministros das Relações Exteriores das Américas, no âmbito da reunião de Consulta e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, manifestaram com toda contundência que os ataques terroristas tinham sido desfechados contra todos os Estados Americanos, e adotaram decisões de ação coletiva para consolidar e fortalecer a cooperação hemisférica a fim de enfrentar o terrorismo de uma maneira mais eficaz. Os chanceleres também manifestaram que nossas decisões para lutar contra o terrorismo deveriam ser tomadas com o pleno respeito por nossa ordem jurídica, pelos direitos humanos e pelas instituições democráticas. Conclamaram ainda todos os Estados a promover a tolerância pelas idéias alheias e a harmonia social, com o reconhecimento da diversidade racial, cultural, étnica e religiosa das Américas.

Com as decisões dos Chanceleres, a nível operacional essa disposição política se viu refletida no fortalecimento do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE). Este Comitê já conta com um Plano de Ação aprovado que inclui uma ampla gama de atividades de cooperação para destruir os sistemas de financiamento dos terroristas, impedir seu apoio logístico, eliminar os santuários, avançar na análise e informação de inteligência, para evitar a falsificação de documentos, reforçar os postos de fronteira, avançar na assistência legal mutua, fortalecer a cooperação jurídica e judicial, e agilizar os tramites de extradição.

O CICTE é hoje um poderoso instrumento de cooperação dos responsáveis pelas políticas públicas de polícia, inteligência e investigação. Ele já tem à sua disposição uma ampla rede de compilação e transmissão de dados, e já colocou em andamento um vigoroso programa de assistência técnica a países com frágeis estruturas internacionais, com ênfase na capacitação e no treinamento. O CICTE se apoiará no substancial avanço obtido no seio da CICAD, nosso organismo hemisférico de avaliação das políticas contra as drogas, para impedir a lavagem de ativos e o financiamento dos cartéis das drogas.

Em seus últimos trabalhos o CICTE deu ênfase especial aos controles fronteiriços e alfandegários, e à importância de se facilitar o fluxo de informação sobre pessoas suspeitas para prevenir seu trânsito e prendê-las.

Desse trabalho surgiu a urgência de que todos os governos assinem – e os Congressos aprovem – a Convenção Americana contra o Tráfico Ilícito de Armas, Munições e Explosivos, bem como a Convenção Interamericana de Assistência Mútua em Matéria Penal. Também foi enfatizada a necessidade de que todos os Estados ratifiquem a Convenção das Nações Unidas contra o crime transnacional.

Também foi manifestada a necessidade de se trabalhar no seguimento financeiro de grupos terroristas com sistemas obrigatórios para que as instituições financeiras se reportem conforme as disposições dos instrumentos internacionais. Todos os países deverão criar unidades de inteligência financeira que lhes permitam ter acesso ilimitado a qualquer informação relacionada ao financiamento das atividades terroristas.

Por último, a nível jurídico, a OEA está trabalhando na preparação de uma Convenção Interamericana contra o Terrorismo que nos permitirá, antes de mais nada, fortalecer a cooperação. E na reunião realizada até o dia de ontem em Trinidad, os Ministros da Justiça e Procuradores Gerais das Américas trabalharam com particular intensidade na busca de fórmulas destinadas a obter uma maior e melhor cooperação jurídica e judicial contra o terrorismo e todas as modalidades de crime transnacional que, em muitas oportunidades, se conjugam e complementam por não respeitarem fronteiras. Essas formas de crime pretendem se aproveitar de nossas liberdades, de nossos sistemas políticos, de nosso Estado de Direito e também, é preciso dizer, de nossas limitações ou debilidades institucionais.

Todo esse trabalho e esta informação terão como destinatário a grande Conferência Interamericana de Segurança que os Governos decidiram se realizasse em 2004, e que será a primeira reunião dessa natureza desde que se aprovou o TIAR, há mais de meio século.

Os Congressos terão, então, por diante numerosas tarefas, entre elas examinar os 24 tratados interamericanos relacionados com a cooperação jurídica e judicial, e que afetem assuntos como extradição, assistência mútua em matéria penal, ordens judiciais ou cartas rogatórias, recepção de provas no estrangeiro, cumprimento de medidas cautelares ou eficácia extraterritorial das sentenças. Os Congressos, juntamente com os governos, deverão assinalar quais dos que não foram ratificados o merecem ser, para assegurar uma cooperação que esteja à altura das complexas circunstâncias de hoje.

Seguramente nesta tarefa os congressistas analisarão que circunstâncias dificultaram ou impediram seu trâmite e qual é sua aplicação em casos concretos. Também lhes

corresponderá examinar a eficácia dos instrumentos e ver quais necessitam de novos desenvolvimentos, de que natureza e com quais alcances.

Deverá ser também tarefa dos Paramentos a simplificação de métodos e requisitos para a extradição de criminosos transnacionais, normas para assegurar o confisco de ativos produto de atos criminosos e os demais atos de assistência jurídica mutua. Temos que avançar todos, governos, Congressos, órgãos do judiciário e instituições multilaterais, no preparo de uma estratégia coletiva que assegure o império da justiça e evite a impunidade, bem como garantir que todo o peso da lei caia sobre os delinquentes transnacionais.

E no que diz respeito à Convenção que está sendo negociada no âmbito da OEA, é importante assinalar que as senhoras e os senhores parlamentares terão a última palavra para assegurar vários elementos.

Primeiro, que não se adentre no campo das definições, que é extremamente complexo. Para isso existem as numerosas Convenções das Nações Unidas que conseguiram precisar o tipo de ações que a Comunidade Internacional considera terrorismo. Trata-se, hoje, de criar um poderoso instrumento de cooperação que, em particular, ajude nos terrenos de seguimento financeiro dos recursos destinados a atividades terroristas e de realizar um bom controle fronteiriço. Esta é a ênfase com que se trabalha atualmente, tanto nas Nações Unidas como na OEA.

Em segundo lugar, é preciso assegurar que os governos coloquem em andamento uma verdadeira estratégia que leve a políticas eficazes visando evitar novos atentados terroristas. As senhoras e os senhores, com suas perguntas e decisões irão por à prova as novas políticas. Na verdade, irão assegurar a efetividade de instrumentos como as convenções adotadas no âmbito da OEA em áreas como transparência na aquisição de armas, ou para combater a fabricação e o tráfico ilícito de armas.

Terceiro, lhes corresponde examinar o necessário equilíbrio entre os procedimentos excepcionais exigidos pelo combate ao terrorismo e a proteção dos direitos individuais, segundo as Convenções das Nações Unidas, a Convenção Americana e, desde logo, de acordo com as normas constitucionais de seus países.

Em quarto lugar, lhes corresponde realizar a fiscalização e o controle político das ações governamentais tanto a partir do ângulo de sua juridicidade como dos aspectos operacionais. E isso deve ser obtido sem que tal controle menoscabe o sigilo ou a rapidez exigidos para que as ações contra o terrorismo sejam eficazes. Sem dúvida, é necessário que os Congressos se envolvam na preparação desta grande estratégia para assegurar mecanismos eficientes de controle financeiro, de alfândegas e fronteiras, como também na ratificação das convenções das Nações Unidas e da OEA, indispensáveis neste empreendimento coletivo.

E a esta altura de nosso raciocínio, seria conveniente nos perguntar se talvez a luta contra o terrorismo, por sua excepcionalidade, deformou nossa visão de como buscar um novo paradigma de segurança hemisférica. Em minha opinião, a resposta a esta pergunta é que mesmo em meio às tarefas imperiosas impostas pelo combate ao terrorismo há um grande espaço para avançar na busca de elementos destinados a alcançar a segurança hemisférica.

Além disso, estou seguro de que haveria uma enorme disposição por parte de nossos Estados visando um enfoque preventivo da segurança. O primeiro que devemos fazer é reivindicar as recomendações das Conferências Regionais sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e Segurança realizadas em Santiago do Chile e San Salvador. Elas, fundamentalmente, fazem depender a segurança hemisférica da confiança mútua, da comunicação entre os corpos armados, dos princípios de confiança recíproca, da regulamentação da capacidade militar, da colaboração harmônica, da transparência nas políticas de defesa e segurança, bem como da previsibilidade das ações de todos os participantes.

Porém, além da aplicação dessas recomendações que, sem dúvida, contribuíram para reduzir as tensões e facilitaram a solução definitiva de alguns contenciosos, estamos hoje diante da necessidade de oferecer um paradigma de segurança que tenha como base os valores que todos compartilhamos e que estão consagrados na Carta da OEA: o respeito pelas normas do direito internacional, a não intervenção, a igualdade jurídica de todos os Estados, a autodeterminação e a solução pacífica das controvérsias.

E isso deve ser compatível com a defesa das convenções americanas de direitos humanos e de todas as que surgiram em quase um século e meio de criação do direito interamericano, bem como das declarações das Cúpulas Hemisféricas de Chefes de Estado e de Governo, e agora de seus pronunciamentos, que todos esperamos fortaleçam o Sistema Interamericano.

Creio que podemos perceber como nossa segurança coletiva depende de um poderoso esforço de cooperação em todos os níveis: político, comercial, social, cultural, e também militar. O conceito de segurança deveria partir do reconhecimento da vinculação estreita entre segurança, desenvolvimento e consolidação da democracia, bem como da relação histórica entre paz e democracia.

A segurança do Hemisfério está unida, de forma indissolúvel, ao fortalecimento da democracia no Hemisfério. Nesse sentido é preciso dizer, em primeiro lugar, que hoje a democracia não se limita a uma concepção minimalista, com base na realização de eleições livres, justas, transparentes e no respeito pelos direitos humanos. É também independência e equilíbrio dos poderes públicos; transparência na condução do Estado; participação do cidadão e prestação de contas; fortalecimento dos governos locais; consolidação dos partidos políticos; acesso à informação, liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

Em segundo lugar, a democracia é também o bom funcionamento do Estado. Os cidadãos entendem as falências das instituições públicas que cumprem as funções de supervisão, regulamentação e controle ou daquelas que prestam serviços públicos básicos, como sendo falhas atribuíveis ao sistema democrático. As instituições democráticas sofreram muito, particularmente na América Latina, como resultado de um Estado ineficiente, debilitado pela crise da dívida e sofrendo com as limitações fiscais.

Devemos levar em conta também que o desempenho econômico está hoje muito mais ligado aos temas da democracia. Considerações tais como a paz social, a estabilidade política, o respeito pelo Estado de Direito ou a segurança normativa são tão importantes para o crescimento como a poupança ou o investimento.

Em terceiro lugar, a globalização gerou uma consciência planetária na busca de justiça social e em defesa da democracia e dos direitos de todos os cidadãos. Até pouco tempo, nossos países tinham a opção de ter um sistema político que operava mal. De qualquer maneira, a alternativa de um regime autoritário era uma opção pior. Mas com a globalização política isso já não é possível. Graças ao desenvolvimento dos meios (de comunicação), a mundialização das notícias e o acesso à Internet, os problemas de fraude eleitoral, abuso do poder, discriminação de mulheres, de povos indígenas, ou as violações dos direitos humanos em qualquer parte do planeta, mobilizam a todos.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

De vocês depende que as Américas estejam na vanguarda na luta contra o terrorismo, como elemento fundamental para assegurar a segurança hemisférica. De vocês depende também fazer com que nosso sistema democrático seja capaz de cumprir, em sua plenitude, as obrigações que têm para com os cidadãos de todas as Américas. E assim como nos comprometemos com o mais ambicioso empreendimento de integração de nossa história, assim como estamos comprometidos com a defesa do direito de nossos povos de viver em democracia, assim como estamos todos comprometidos com a eliminação da miséria da face das Américas ou para fazer da educação a mais poderosa ferramenta contra a desigualdade, nos uniremos com energia, fé e determinação para defender nossa segurança, nossa liberdade, nosso direito e o de nossos filhos de viver no pleno exercício de nossos direitos, nosso direito a viver em paz.

Muito obrigado.

Anexo 3

Agenda de Trabalho 1ª Assembléia Plenária do FIPA

“Segurança no Novo Milênio: o Papel dos Parlamentares para Assegurar uma Maior Segurança Hemisférica”

Data: 13 a 16 de março de 2002
Lugar: Cidade do México
Sede: Hotel Fiesta Americana Reforma, Av. Paseo de la Reforma No. 80

Quarta-feira 13 de Março

Chegada dos Delegados
10:00 – 18:00 Registro dos participantes e entrega de documentos, Salão Puebla
19:00 – 20:00 Coquetel de boas-vindas, Salão Stelaris, 25º andar
20:00 – 21:30 Jantar – Reunião do Comitê Executivo – Salão Quintana Roo

Quinta-feira 14 de março

09:00 – 10:00 Registro dos participantes e entrega de documentos
10:00 – 10:50 Sessão Inaugural, Salão México II

1. Sen. Céline Hervieux-Payette, Presidente Interina do FIPA
2. Sr Bill Graham, Ministro das Relações Exteriores do Canadá
3. Sen. Diego Fernández de Cevallos, Presidente do Senado Mexicano
4. Sen. Silvia Hernández, Presidente da Reunião Plenária
5. Exmo Sr Vicente Fox Quesada, Presidente do México

11:00 - 11.30 Discurso de Abertura
César Gaviria, Secretário-Geral da OEA

11:30 – 13:00 **Sessão Plenária**

1. Aprovação da agenda de trabalho
2. Relatório da Presidência do FIPA, Sen. Céline Hervieux-Payette
3. Eleição do novo Presidente do FIPA
4. Modificações no Regulamento
5. Formação dos grupos de trabalho
6. Atualização dos temas da Cúpula das Américas e da ALCA, por Marc Lortie, Representante do Primeiro-Ministro do Canadá para a Cúpula das Américas

13:00 – 14:30 Sessão dos Grupos de Trabalho

14:30 – 16:00 Almoço oferecido pelo Presidente da Mesa Diretora do Senado da República

16:30 – 18:00 Sessão dos Grupos de Trabalho

Sexta-feira 15 de Março

09:30 – 12:00 Sessão dos Grupos de Trabalho

12:00 – 13:30 Apresentação de relatórios e leitura nos Grupos de Trabalho

13:30 – 14:30 Coletiva à imprensa sobre os avanços da Primeira Reunião Plenária do FIPA

14:30 - 16:00 Almoço oferecido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

16:30 – 19:00 **Sessão Plenária**

1. Apresentação e recomendações dos Grupos de Trabalho
2. Eleição dos integrantes do Comitê Executivo
3. Eleição da sede da próxima Assembléia Plenária
4. Outros temas do FIPA
5. Encerramento

Sábado 16 de março

09:00 – 10:30 Reunião do Comitê Executivo do FIPA, Salão Campeche
Partida dos Delegados

Anexo 4

Moções apresentadas pelo Comitê Executivo para consideração e aprovação pela Assembléia Plenária

Moção 1

Para modificar o Regulamento do FIPA no tocante à participação dos membros no Comitê Executivo

De acordo com o recomendado na segunda reunião do Comitê Executivo, realizada em Bridgetown, Barbados, em 23 e 24 de novembro de 2001, fica decidido que:

No ponto 2.3 do Capítulo III do regulamento do Foro Interparlamentar das Américas, se acrescenta um novo parágrafo (h), com o seguinte teor:

“(h) O parlamento, Poder Legislativo ou Congresso Nacional de cada país eleito membro do Comitê Executivo, deverá notificar o nome de seu Delegado parlamentar ao Comitê Executivo em comunicação escrita dirigida ao Presidente no prazo de 30 dias a partir da eleição do país para o Comitê Executivo. Esse Delegado integrará o Comitê Executivo, com sujeição ao parágrafo (i), durante a totalidade do período.”,

e redesignar os parágrafos (h) a (l) com as letras (i) a (m) em consequência.

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Moção 2

Para modificar o Regulamento do FIPA no tocante ao tamanho das Delegações participantes na Assembléia Plenária

De acordo com o recomendado na segunda reunião do Comitê Executivo, realizada em Bridgetown, Barbados, em 23 e 24 de novembro de 2001, fica decidido que:

No parágrafo (a) do ponto 2.1 do Capítulo III do regulamento do Foro Interparlamentar das Américas, são substituídas as palavras:

“... terão até cinco membros do Parlamento/Congresso (este limite não se aplica ao parlamento anfitrião)”

pelas palavras

“... terão até doze (12) membros do Parlamento/Congresso (este limite não se aplica ao parlamento anfitrião)”

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Moção 3

Relacionada com o funcionamento da Secretaria Técnica

De acordo com o recomendado na primeira reunião do Comitê Executivo, realizada em Querétaro, México, em 3 e 4 de agosto de 2001, fica decidido que:

No ponto 2.4 do Capítulo III do regulamento do Foro Interparlamentar das Américas, é substituído o parágrafo (b):

“(b) Para o cumprimento destas funções, a Secretaria receberá assistência técnica e logística permanente da Unidade para a Promoção da Democracia (UPD), da Organização dos Estados Americanos.”

Pelo seguinte:

“(b) A fim de cumprir essas funções, a Secretaria Técnica deverá ser composta pelo Secretário do Comitê Executivo, nomeado pelo presidente do FIPA, e o coordenador da próxima Assembléia Plenária, com o respaldo da Unidade para a Promoção da Democracia da Organização dos Estados Americanos, que fornecerá apoio permanente de índole administrativa, técnica, logística e de pesquisa.”

E se acrescenta o seguinte parágrafo:

“(c) o Comitê Executivo poderá solicitar também o apoio de outras organizações ao tratar de temas que estejam incluídos na agenda do Foro.”

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Moção 4

Relacionada com o funcionamento da Secretaria Técnica

Fica decidido aprovar o logotipo de acordo com o recomendado na primeira reunião do Comitê Executivo, realizada em Querétaro, México, em 3 e 4 de agosto de 2001. O logotipo do FIPA será o globo terrestre girando, mostrando as Américas e as letras FIPA.

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Moção 5

Para conferir a qualidade de observador especial ao Parlamento Latino-americano – Parlatino

De acordo com o recomendado na segunda reunião do Comitê Executivo, realizada em Bridgetown, Barbados, em 23 e 24 de novembro de 2001, fica decidido que a Plenária confere a qualidade de observador especial ao Parlamento Latino-americano – Parlatino, de acordo com o regulamento do FIPA, Capítulo II, (c).

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Moção 6

Para conferir a qualidade de observador especial ao Parlamento Andino

De acordo com o recomendado na terceira reunião do Comitê Executivo, realizada na Cidade do México em 13 de março de 2002, fica decidido que a Plenária confere a qualidade de observador especial ao Parlamento Andino, de acordo com o regulamento do FIPA, Capítulo II, (c).

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Moção 7

Para conferir a qualidade de observador especial à Confederação Parlamentar das Américas – COPA, de acordo com o regulamento do FIPA

De acordo com o recomendado na terceira reunião do Comitê Executivo, realizada na Cidade do México em 13 de março de 2002, fica decidido que a Plenária confere a qualidade de observador especial à Confederação Parlamentar das Américas – COPA, de acordo com o regulamento do FIPA, Capítulo II, (c).

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Anexo 5
Carta do Exmo Sr Thomas Daschle
Líder da Maioria no Senado dos Estados Unidos da América

(A carta original foi remetida em inglês)

Washington D.C., 12 de março de 2002

Senadora
Silvia Hernández
Presidente
Primeira Assembléia Plenária
do Foro Interparlamentar das Américas
Senado da República
México DF – México

Prezada Senadora Hernández:

Envio a presente para cumprimentá-la e aos ilustres parlamentares do Hemisfério que se reunirão esta semana por motivo da Assembléia Plenária que tratará do tema da “Segurança no novo milênio: papel dos parlamentares para assegurar uma maior segurança hemisférica”. Essa será uma reunião importante e oportuna.

Infelizmente não poderei assistir a tal encontro. Nos encontramos em meio a uma importantíssima semana de trabalhos legislativos no Congresso e, por isso, será impossível para mim e meus colegas participar da Assembléia. Espero, todavia, ser informado sobre seus resultados.

A guerra contra o terrorismo será uma luta longa e exigirá que a coalizão internacional contra este flagelo se mantenha firme. Seu encontro desta semana é um passo importante em tal processo, especialmente porque serão debatidos meios para fortalecer as legislações nacionais a fim de prevenir e erradicar o terrorismo.

Aceite meus melhores votos de sucesso para a Assembléia.

Atenciosamente,

Tom Daschle
Líder da Maioria no Senado

Anexo 6

Atualização dos temas da Cúpula das Américas e do processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA

Pelo Sr Marc Lortie, representante do Primeiro-Ministro do Canadá para a Cúpula das Américas

(O discurso original foi pronunciado em inglês)

Para mim é um grande prazer estar hoje aqui para celebrar esta importante ocasião. Quero expressar meu agradecimento ao anfitrião deste evento, Senador Diego Fernández de Cevallos, Presidente do Senado mexicano, por seu convite para que participasse do mesmo.

Estou aqui para enfatizar a importância da implementação da Cúpula das Américas da Cidade de Quebec e o papel que os legisladores podem desempenhar para apoiar este processo em uma época que enfrentamos desafios tão importantes.

Muitos disseram que como resultado dos trágicos eventos de 11 de setembro e a grave crise econômica que se seguiu, a atenção dos países da região se afastaria da agenda hemisférica.

Agora sabemos que não foi assim. Aqueles que previram que a cooperação hemisférica seria deixada em suspenso se equivocaram.

O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CÚPULA SEGUE UM BOM CAMINHO

Os resultados falam por si mesmos:

Em Lima, Peru, em 11 de setembro, mesmo dia em que nossos valores democráticos se viram atacados pelos terroristas, os Ministros das Relações Exteriores dos países membros da OEA adotaram e assinaram uma Carta Democrática Interamericana que se propõe a fortalecer a proteção da democracia no Hemisfério.

Com base no princípio da solidariedade hemisférica, os Ministros das Relações Exteriores da OEA também aprovaram, por aclamação, em 21 de setembro, uma resolução contra o terrorismo em aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

No mesmo dia aprovaram uma resolução na qual instruíam o Conselho Permanente a convocar uma reunião do Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), a fim de identificar ações urgentes voltadas a fortalecer a cooperação interamericana para prevenir, combater e eliminar o terrorismo no Hemisfério.

A resolução também encomendava à OEA a elaboração de um projeto de Convenção Interamericana contra o Terrorismo, com vistas a apresentá-lo durante a próxima Assembléia Geral da Organização, em junho de 2002. Esta iniciativa está agora nas mãos sumamente capazes do México, que assumiu a presidência do Comitê da OEA encarregado de negociar a Convenção.

Por último, a resolução solicitava à OEA que acelerasse seus trabalhos em matéria de segurança hemisférica para integrar as virtudes dos diferentes instrumentos de segurança no Hemisfério e melhorar a comunicação entre os mesmos. O México desempenha um papel de liderança neste processo ao se oferecer para organizar a Conferência Especial sobre Segurança de 2003, com a qual culminará o processo de revisão da segurança.

De fato, nenhuma das reuniões hemisféricas relacionadas com o processo de implementação da Cúpula foi anulada ou adiada como resultado dos ataques terroristas.

Por outra parte, o processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas vem progredindo a um ritmo constante desde abril de 2001.

Na Cidade de Quebec, os Chefes de Estado e de Governo concordaram, entre outras coisas, em concluir as negociações em janeiro de 2005 e implementar o Acordo em dezembro do mesmo ano.

Os Chefes de Estado e de Governo também concordaram em divulgar o projeto de acordo da ALCA e fortalecer o mandato do Comitê da Sociedade Civil do mesmo.

Deram aos Grupos de Negociação instruções precisas sobre a negociação e os prazos para a próxima etapa das negociações, e sobre a necessidade de assegurar que as economias menores recebessem o apoio técnico e de desenvolvimento de capacidade necessário para lhes permitir a participação plena das negociações.

Em fins de setembro de 2001, os Vice-Ministros da ALCA realizaram uma bem-sucedida reunião em Manágua.

Os Grupos de Negociação estão elaborando recomendações a serem apresentadas aos Vice-Ministros antes da data limite de 1º de abril de 2002 sobre os métodos e as modalidades para as negociações de acesso aos mercados.

As negociações de acesso aos mercados da ALCA em cinco áreas (produtos industriais, agricultura, investimento, serviços e compras do setor público) devem começar no mais tardar em 15 de maio de 2002.

O Equador organizará a próxima reunião de Ministros em Quito em outubro de 2002, data em que Estados Unidos e Brasil assumirão conjuntamente a presidência do processo da ALCA.

Mesmo assim, os progressos obtidos não se limitam unicamente a nossa agenda comercial.

Está em andamento o Instituto para a Conectividade nas Américas, para o qual o Canadá contribuiu com 20 milhões de dólares. Este instituto oferece assessoria e apoio a todos os países do processo de Cúpulas das Américas, para estabelecer e elaborar estratégias nacionais e regionais sustentáveis que lhes permita conectar seus cidadãos.

Há duas semanas, os Ministros da Saúde e Meio ambiente das Américas se reuniram em Ottawa para estudar uma maneira de fazer avançar o programa de saúde e meio ambiente com vistas a contribuir para a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável de 2002.

Os Ministros da Justiça e Procuradores-Gerais das Américas se reúnem esta semana para debater medidas de cooperação jurídica e judicial na luta contra o terrorismo e o crime transnacional organizado.

Também foram realizadas outras reuniões importantes a níveis ministerial e setorial nos campos do trabalho, da educação, cultura, governo local, desastres naturais e meio ambiente.

O fato de estarmos reunidos hoje aqui reflete o cumprimento bem-sucedido de outro mandato da Cúpula. O Foro Interparlamentar das Américas se converteu em uma parte integral do sistema interamericano e sua participação e contribuição são imprescindíveis para impulsionar o processo de cooperação.

A evolução do Hemisfério no futuro depende em grande medida de seu compromisso e visão, além de sua dedicação e bom senso.

OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO MANTÉM SEU COMPROMISSO

O apoio contínuo dos bancos multilaterais de desenvolvimento será essencial a fim de manter o ímpeto necessário para levar a cabo a implementação.

Como é de seu conhecimento, quando da realização da Cúpula de Quebec, tanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento como o Banco Mundial se comprometeram a facilitar recursos para apoiar o processo das Cúpulas.

O BID anunciou que a totalidade de seu programa de financiamento durante os próximos cinco anos apoiaria os compromissos assinados no âmbito da Cúpula (cerca de 40 bilhões de dólares americanos). Por sua vez, o Banco Mundial propôs a concessão de empréstimos e créditos no valor de 12 a 16 bilhões de dólares americanos para a região nos próximos três anos.

Outros bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco de Desenvolvimento do Caribe, o Banco Centro-americano de Integração Econômica e a *Corporación Andina de Fomento*, também estão apoiando o processo de Cúpulas.

Uma característica distinta da Cúpula de Quebec é que os países da região e os bancos multilaterais de desenvolvimento decidiram adotar um enfoque mais coordenado para suas estratégias de implementação.

Como resultado disso, os governos estão examinando à exaustão os mandatos e as estratégias institucionais de cada uma dessas instituições, comparando-os com suas próprias políticas e prioridades nacionais de desenvolvimento a fim de identificar as áreas de coincidência entre o financiamento e seus objetivos nacionais.

A ALCA COMO MEIO PARA RESTAURAR A CONFIANÇA

Existe o perigo de que as dificuldades econômicas intensifiquem as vozes de todos aqueles que colocam em dúvida o valor das reformas de mercado e uma maior liberalização do comércio.

Se há algo que podemos afirmar é o fato de que os eventos de 11 de setembro e a grave crise econômica que se seguiu destacaram ainda mais a importância da ALCA como motor propulsor do crescimento econômico e como veículo para restaurar a confiança dos investidores estrangeiros em todo o Hemisfério.

A história recente das diversas Cúpulas pode nos ajudar a entender melhor a situação.

Desde a Primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami em 1994, a cada Cúpula se seguiu uma grave crise financeira na região. Foi assim com o México, em 1994, o Brasil, em 1999, e, agora, a Argentina, em 2001-2002. Em cada ocasião, foi posta à prova a determinação nacional para efetuar reformas econômicas acertadas.

É interessante comprovar que as respostas a essas crises fortaleceram a capacidade de nossos homólogos hemisféricos para realizar importantes reformas nacionais.

O exemplo mais destacado das possíveis vantagens do projeto da ALCA para o Hemisfério se encontra aqui mesmo no México. A ALCA beneficiou muito o México, não apenas do ponto de vista do comércio e dos investimentos, mas também em sua capacidade de obter uma posição sólida no espaço econômico da América do Norte.

Esta imagem eloqüente, segundo a qual o futuro do México se encontra estreitamente ligado ao de seus sócios da América do Norte, não apenas contribuiu para uma estabilidade a longo prazo, o que é extremamente importante para atrair investimentos estrangeiros, mas também infundiu em seus cidadãos e dirigentes políticos a disposição para acelerar o ritmo das reformas políticas, econômicas, jurídicas e sociais.

São estas mesmas vantagens que se espera para o restante do Hemisfério se mostrarmos a disposição de responder ao desafio de construir um grande lar hemisférico, cujo motor propulsor seria a ALCA.

ESTABILIDADE, BOA GOVERNANÇA E SEGURANÇA

Se bem que contamos com uma agenda sólida, não devemos ter excesso de confiança. Hoje em dia, fortalecer o governo e a democracia tem uma importância sem precedente nas Américas.

A cláusula democrática da Declaração da Cúpula e a Carta Democrática Interamericana são agora para todos nossos países das Américas um forte estímulo para manter o rumo democrático frente aos inevitáveis desafios que teremos no futuro.

A situação de Haiti, por exemplo, constitui um desses desafios.

Durante a Cúpula, a comunidade hemisférica reconheceu que os problemas enfrentados pelo Haiti continuam limitado seu desenvolvimento democrático, político, econômico e social.

Desde então, e sobretudo à raiz da tentativa de golpe de estado e a conseqüente violência de rua no Haiti em dezembro de 2001, a OEA e outros organismos trataram de encontrar soluções em diferentes ocasiões para a crise democrática naquele país.

Há algumas semanas, em 1º de março, a OEA e o Governo do Haiti assinaram um acordo dando luz verde a uma nova missão encomendada pela OEA.

Se bem que as crises como a vivida pelo Haiti não sejam de fácil solução, confiamos que foros democráticos como o FIPA ajudarão a promover o diálogo democrático entre governos e parlamentares com o objetivo de fortalecer a democracia no Hemisfério.

Devemos ter em mente que alguns dos grandes desafios que acabo de mencionar não se aplicam exclusivamente ao Haiti, afetando negativamente, de uma maneira ou de outra, todas as nossas instituições democráticas e economias.

Devemos prestar atenção especial ao cunho multifacetado do crime organizado, que se reflete em uma série de problemas sociais interconectados como as drogas, a corrupção, as questões de migração ilegal, o crime de alta tecnologia e a lavagem de dinheiro.

Permitam-me abordar brevemente algumas dessas questões e enfatizar a importância de seu compromisso na hora de responder aos desafios apresentados por uma maior cooperação hemisférica.

Falemos, em primeiro lugar, da lavagem de dinheiro.

Impedir a lavagem de ativos procedentes de delitos cometidos por grupos criminosos internacionais se mostrou um instrumento muito importante para os organismos policiais e judiciais de combate ao crime.

Após os trágicos eventos do ano passado nos Estados Unidos, vários governos solicitaram apoio ao sistema financeiro mundial para suas atividades.

As iniciativas subregionais existentes no Hemisfério, tais como o Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Ativos e o Grupo de Ação Financeira do Caribe, ajudam a elaborar estratégias eficazes que respondem às necessidades específicas da região, proporcionando uma classificação regional da lavagem de dinheiro e levando à participação dos advogados locais nos esforços da luta por combatê-la.

Os parlamentares podem fortalecer seu papel nos processos nacionais de revisão dos esforços para combater a lavagem de dinheiro e sugerir medidas para enfrentar essa atividade ilícita.

Passemos, em segundo lugar, ao problema das drogas.

O narcotráfico gera corrupção e violência, solapa o poder das autoridades legítimas e o Estado de Direito. Também contribui para o financiamento das atividades de grupos terroristas.

Sob a presidência do Canadá, os 34 países membros da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), elaboraram o Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) em resposta às decisões dos Chefes de Estado e de Governo, na Cúpula das Américas realizada em Santiago em 1998. A primeira rodada de avaliação do MEM foi concluída em dezembro de 2001.

Reunidos na Cidade de Quebec, os Chefes de Estado e de Governo reconheceram os progressos realizados pelo MEM e identificaram como prioridade hemisférica a luta contra o narcotráfico e o crime transnacional organizado. Em sua qualidade de

parlamentares, as senhoras e os senhores devem continuar realizando progressos com base nos sucessos e resultados da primeira rodada na hora de elaborar e melhorar suas leis nacionais.

Analisemos, em terceiro lugar, o problema da corrupção.

A corrupção não é um problema exclusivamente econômico. Devemos abordá-lo também como um assunto de governo e com implicações criminosas.

Além dos danos meramente financeiros, ao frear o desenvolvimento econômico, a corrupção também corrói a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, reduz a capacidade do Estado de fornecer serviços públicos básicos e impede o estabelecimento de uma administração pública profissional, digna de confiança e selecionada por seus méritos.

É, portanto, uma causa e uma conseqüência de sistemas e instituições disfuncionais.

Atualmente se entende mais os custos sociais e econômicos deste problema e existe, também, uma maior disposição para discuti-lo.

Os esforços internacionais para combater a corrupção e promover a transparência também adquirem uma importância cada vez maior.

A OEA desempenhou um papel importantíssimo assegurando a elaboração de instrumentos para resolver este problema. A Convenção Interamericana contra a Corrupção, adotada em 1996, foi o primeiro instrumento internacional do gênero e assentou o alicerce para futuros esforços nesse setor.

O Canadá acredita firmemente que o estabelecimento do mecanismo de seguimento da Convenção Interamericana contra a Corrupção, como resultado da Cúpula de Quebec, é um passo importante para se promover a implementação eficaz da Convenção.

Na reunião inaugural do FIPA, realizada há um ano em Ottawa, alguns parlamentares debateram a questão da corrupção, identificando-a como uma grave ameaça para a legitimidade e a eficiência de todos os países, enfatizando ainda a importância da cooperação na luta contra a corrupção.

Espero que as senhoras e os senhores continuem participando desta luta, garantindo que as medidas legislativas vigentes sejam aplicadas e respeitadas.

Por último, gostaria de falar do desafio representado pela migração.

A migração apresenta, ao mesmo tempo, aspectos positivos e negativos. Devemos intensificar nosso trabalho para desfrutar das vantagens que este fenômeno nos oferece e, ao mesmo tempo, contrapor, na medida do possível, suas dimensões negativas.

Nossos esforços para reduzir a migração ilegal devem ser acompanhados da determinação de promover a boa administração de nossas fronteiras e uma migração ordenada. Esta realidade é ainda mais aguda depois de 11 de setembro. Devemos conciliar a necessidade de manter o movimento livre de pessoas e bens com a necessidade de estabelecer condições para que nossos cidadãos possam viver em segurança e livres do terror.

A Conferência Regional sobre Migração, conhecida também como *Processo de Puebla*, oferece informações de grande utilidade e contribui para nosso trabalho a nível hemisférico e, especificamente, no contexto da Cúpula das Américas.

Este foro regional sobre migração demonstra que os países podem debater, de forma racional, problemas graves de migração e identificar medidas construtivas e positivas, apesar de, às vezes, seus pontos de vista divergirem profundamente. Mediante um diálogo informal e franco, foi criado um “enfoque de boa vontade” que ajuda a acalmar e moderar a retórica e os sentimentos associados com o problema da migração.

Devemos concentrar nossa atenção nos aspectos positivos e promover a proteção dos direitos humanos dos migrantes, a utilização de remessas de migrantes para iniciativas de investimentos e assistência técnica sobre administração da migração, bem como o estabelecimento de alianças mediante contatos culturais.

Permitam-me concluir minha intervenção dizendo que, em última instância, a credibilidade do processo de Cúpulas depende do cumprimento dos compromissos assumidos pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas, e de nossa capacidade em enfrentar esses desafios.

Estes primeiros onze meses desde a Cúpula de Quebec foram alentadores nesse sentido.

Os progressos realizados nesta reunião serão comunicados aos Coordenadores Nacionais durante a XXV Reunião do Grupo de Revisão e Implementação das Cúpulas, a ser realizada em Washington nos dias 25 e 26 de março de 2002.

Gostaria de insistir uma vez mais que seu papel, na qualidade de parlamentares e representantes de nossos cidadãos, será fundamental para promover a boa governança e consolidar as instituições democráticas.

Como tais, vocês são os garantes absolutos que velarão para que sejam levadas em conta as preocupações das pessoas, seja respeitado o Estado de Direito e para que os governos estejam obrigados a prestar contas de suas ações.

Muito obrigado.

Anexo 7

Moção 8

Para modificar o Regulamento do FIPA no tocante a procedimentos

De acordo com as sugestões da Assembléia Plenária de 14 de março de 2002 e o recomendado na reunião extraordinária do Comitê Executivo, realizada na Cidade do México em 15 de março de 2002, fica decidido que:

No ponto 3 do Capítulo III do Regulamento sejam feitas as seguintes modificações e adições:

- “e) A Assembléia Plenária emitirá recomendações e resoluções. As primeiras serão pronunciamentos institucionais sobre temas políticos ou de interesse geral e as outras se referirão a ações institucionais. Tais recomendações e resoluções chegarão à Assembléia Plenária como iniciativas do Comitê Executivo, dos Grupos de Trabalho ou dos Delegados. As recomendações e resoluções serão aprovadas por maioria simples das Delegações presentes, com exceção das mudanças no regulamento que exigirão o voto favorável de dois terços das Delegações presentes;
- f) Os projetos de recomendação e resolução deverão ser apresentados à Secretaria técnica antes da realização da Assembléia Plenária. A Secretaria Técnica os remeterá, segundo seu conteúdo, aos Grupos de Trabalho ou ao Comitê Executivo se não coincidirem com nenhum dos grupos constituídos.

O Comitê Executivo convidará para sua reunião antes da Assembléia Plenária os autores dos projetos sob sua consideração. Se o Comitê Executivo considerar o tema pertinente, este será recomendado à Assembléia Plenária para aprovação;

- g) Os Delegados poderão, da mesma forma, apresentar iniciativas à Assembléia Plenária. Estes projetos não poderão passar de meia página e os Delegados disporão de dois (2) minutos para sua exposição oral. Eles só serão considerados pela Assembléia Plenária se contarem com o apoio de dois terços das Delegações presentes;

eliminar os parágrafos e), g) e h) do Regulamento;

redesignar os parágrafos f) como (h) e os parágrafos h) a k) como i) a l).

Adotada por unanimidade na Assembléia Plenária de 14 de março de 2002.

Anexo 8

Relatório e Recomendações do Grupo de Trabalho 1 Instrumentos legais em matéria de segurança

Texto original: Espanhol

As duas sessões do Grupo de Trabalho foram realizadas em uma atmosfera de cordialidade e entusiasmo, com a ampla participação de mais de quinze parlamentares e a intervenção de um senador via satélite.

A primeira sessão se concentrou no conceito de segurança e seus objetivos, enquanto que na segunda sessão foram analisados os instrumentos jurídicos internacionais existentes e pendentes de ratificação, e se discutiu a séria ameaça representada pelo terrorismo. Os parlamentares presentes se referiram às medidas em favor da segurança contidas em suas legislações internas, bem como à alta responsabilidade que têm para com a defesa dos direitos de seus representados, a estabilidade e o bom andamento de seus países.

Foi comentado que o conceito de segurança é muito mais amplo que o de defesa, que fundamentalmente considera critérios militares e operacionais. Por isso, a necessidade de abordar o tema da segurança a partir de um ponto de vista que leve em conta os problemas enfrentados pelos países do Hemisfério como, por exemplo, o tráfico ilícito de drogas, armas e pessoas; a violação dos direitos humanos e os crimes contra a humanidade, a corrupção, os atos terroristas e o crime organizado.

Também foi enfatizado que o subdesenvolvimento, a pobreza, as economias frágeis e instáveis, bem como o desemprego constituem elementos que ameaçam a paz e a segurança, tanto interna como hemisférica. Portanto, é necessário considerar aspectos como a promoção da democracia, o desenvolvimento social e econômico, o combate à pobreza e a educação, como elementos de uma nova visão da segurança hemisférica.

Os legisladores concordaram em revisar os instrumentos jurídicos internacionais na matéria pendentes de assinatura ou ratificação, e em acelerar as reformas legais pertinentes em cada país para combater eficazmente o terrorismo e contribuir para o estabelecimento de um escudo jurídico hemisférico, base de uma estratégia coletiva para a segurança e a paz.

Também mencionaram algumas possíveis categorizações relativas ao problema da segurança e do terrorismo, como são as ameaças militares provenientes do exterior e do próprio Hemisfério; as novas concepções de segurança com base nos problemas internos e, em particular, os fatores socioeconômicos; e o terrorismo em todas as suas manifestações, incluindo o terrorismo de Estado.

Cada uma dessas categorias requer a preparação e implementação de políticas diferenciadas que levem a soluções apropriadas aos problemas de insegurança e terrorismo.

Os Estados devem contar com instrumentos jurídicos que garantam sua segurança, portanto devem continuar trabalhando na elaboração e preparação de acordos internacionais e medidas nacionais pertinentes.

De maneira unânime, os parlamentares rejeitaram categoricamente todas as manifestações do terrorismo, independente de sua forma e de suas origens e propósitos.

Recomendações

1. Manifestar a absoluta e enérgica condenação dos atos terroristas em qualquer de suas manifestações, venham de onde vierem, que atentem contra os direitos humanos universais e a comunidade internacional.
2. Conclamar os parlamentos membros do FIPA a que, com a brevidade possível, assinem e ratifiquem os instrumentos regionais e internacionais que contenham disposições para combater o terrorismo e em matéria de segurança.
3. Solicitar aos membros do FIPA que acelerem a adoção de medidas em suas próprias legislações nacionais que previnam, combatam e punam o terrorismo, reivindicando a importância do trabalho do legislativo.
4. Apoiar os trabalhos do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) da Organização dos Estados Americanos.
5. Solicitar aos organismos internacionais sob cuja responsabilidade se realizam os instrumentos jurídicos internacionais que se propicie a incorporação oportuna dos parlamentares dos países de América nas transcendentais tarefas de sua elaboração.
6. Conclamar os Estados Membros a incorporar linguagem, tanto no preâmbulo como nas partes operativas da Convenção, exigindo que todas as ações prescritas sejam tomadas respeitando os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e o completo respeito a todas as convenções internacionais relevantes, incluindo as Convenções de Genebra.
7. Enfatizar que a segurança e a promoção dos direitos humanos não são mutuamente excludentes, sobretudo após os acontecimentos de 11 de setembro; é sumamente importante enfatizar que a segurança e a promoção dos direitos

humanos não são mutuamente excludentes. Estamos convencidos do valor inerente de se integrar os direitos humanos à perspectiva de nosso trabalho.

8. Convidar todos os parlamentares do Hemisfério para que acelerem a rápida aprovação da Convenção Interamericana para a Prevenção e Eliminação do Terrorismo, da Organização dos Estados Americanos.
9. Respalda a Resolução da Terceira Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da OEA, de 21 de setembro de 2001, para o Fortalecimento da Cooperação Hemisférica visando Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, em particular o artigo que conclama todos os Estados membros a promover a mais ampla tolerância e a convivência harmônica em suas sociedades, em reconhecimento à diversidade política, racial, cultural, étnica, sexual e religiosa das comunidades que formam nosso Hemisfério e cujos direitos e liberdades fundamentais foram recentemente reafirmados na Carta Democrática Interamericana.

Anexo 9

Relatório e Recomendações do Grupo de Trabalho 2

O problema do crime organizado

Texto original: Inglês

O Grupo de Trabalho 2 “O Tema do crime organizado” foi presidido pelo Sr Louis Tull, de Barbados, e pelo Sr Jorge Eastman, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que agiu como moderador.

O Grupo de Trabalho entabulou um debate cordial e bem informado sobre terrorismo e crime organizado, lavagem de dinheiro e seus efeitos nos respectivos países. Os participantes relataram suas experiências na luta contra o tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e terrorismo, dando ênfase a encontrar novas formas para atacar esses problemas em vez de se concentrar nas políticas atuais que enfatizam medidas de controle. Também ressaltaram o trabalho legislativo realizado em seus países para combater o crime organizado, e seus esforços em ratificar as convenções internacionais competentes.

Recomendações

O Grupo de Trabalho chegou a um consenso quanto às seguintes recomendações sobre o tema tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e terrorismo:

1. Existe a necessidade de se obter um melhor e mais profundo entendimento das causas e motivos das ações terroristas. Causas tais como pobreza, corrupção, maus governos, fanatismo, injustiça social e iniquidade, que contribuem para o aumento do terrorismo e, portanto, levam à insegurança.
2. Os direitos humanos não devem ser violados no afã de eliminar o terrorismo.
3. Os países devem considerar a criação de uma rede de cooperação para compartilhar informações de inteligência com vistas a prevenir estes crimes.
4. Devem se envidados esforços para harmonizar as leis criminais para que não haja um tratamento diferenciado que possa afetar os processos de extradição.
5. Deve haver um esforço concentrado para atacar as fontes de financiamento do terrorismo.

6. Deve ser dada atenção às conseqüências que os países menores sofrem de maneira desproporcional como conseqüência das estratégias de combate ao terrorismo.
7. O reforço das instituições democráticas governamentais é fundamental para a proteção dos direitos humanos.
8. A educação universal é absolutamente vital para atacar as causas da pobreza e as atividades criminosas que dela surgem.
9. Foi manifestada solidariedade para com o restabelecimento do diálogo e o fim das hostilidades na Colômbia. Também foi manifestada preocupação com as conseqüências negativas sobre os países vizinhos de uma ampliação do conflito.
10. As estratégias para combater o flagelo do tráfico de drogas devem ser constantemente examinadas. O fracasso das políticas denominadas “tolerância zero”, para reduzir o consumo, a dificuldade para substituir cultivos de produção de drogas entre os camponeses dos países produtores e a debilidade para controlar os sistemas financeiros internacionais para evitar a lavagem de dinheiro e o financiamento das redes de tráfico de drogas, revelam a necessidade de se aprofundar estratégias que permitam combater este flagelo em suas múltiplas facetas.
11. Criar um foro destinado a discutir novos enfoques para combater o narcotráfico.

Após uma longa discussão, o grupo de trabalho decidiu redigir o seguinte parágrafo para ser incluído neste relatório, embora não se tenha chegado a um consenso quanto a aceitá-lo como recomendação.

1. As pessoas deportadas a seus países de origem por atividades criminosas são, em geral, forçadas a continuar com tal atividade para sobreviver. O país que deporta deveria proporcionar os recursos financeiros ao país do deportado para ajudar em sua reabilitação e treinamento.

Anexo 10

Relatório e Recomendações do Grupo de Trabalho 3

Migração e fronteiras

Texto original: Espanhol

O Grupo de Trabalho 3 “Migração e Fronteiras” foi presidido pelo Sr Carlos Santiago Nágeiro, da Guatemala, e teve como facilitador o Sr Rodolfo Tuirão, do México, que fez uma apresentação sobre o fenômeno migratório na América Latina.

Durante a Reunião do Grupo de Trabalho 3, os Delegados explicaram brevemente a situação da migração em seus respectivos países; assinalaram que a migração é um fenômeno global que tem diversas causas, entre as quais se destacam as assimetrias econômicas entre os países, as diferenças de salários, a polarização socioeconômica, a pobreza, os conflitos internos e os desastres naturais. Em cada país essas causas adquirem características específicas.

Manifestaram que as conseqüências da migração são diversas: a perda de capital humano, fuga de cérebros e balanços variados entre benefícios e custos nas economias de origem e destino, e a recepção de divisas por meio das remessas, entre outros. Com relação a esse tema foi indicado que o uso produtivo das remessas poderia se converter em um instrumento para o desenvolvimento dos países de origem da migração.

Foi enfatizado ainda que os migrantes latino-americanos nos Estados Unidos enriquecem a sociedade norte-americana nos aspectos econômico, social e cultural.

Mencionaram que as ações dos governos são realizadas em diversos níveis:

1. A nível nacional, a migração é regulamentada com a criação e aplicação de leis e políticas que controlam o fluxo migratório. É importante assinalar a necessidade de modernização das administrações migratórias.
2. A nível bilateral e multilateral foram criados espaços de diálogo entre os países de origem e destino da migração; foram estabelecidos mecanismos de consulta; criados programas de regulamentação migratória; e fortalecida a cooperação neste tema.

Foi destacada a conveniência de se acompanhar o processo de integração econômica entre os países da região com a atualização da legislação migratória; e também assinalada a importância de se acelerar a homologação da legislação interna para combater o tráfico de migrantes; da mesma forma, foi enfatizada a importância de se

ratificar os instrumentos internacionais que assegurem a proteção dos direitos humanos, combatam o tráfico de pessoas e favoreçam a cooperação entre países.

Foi proposto o fortalecimento dos trabalhos do grupo Migração e Fronteiras, do FIPA, com os poderes Executivo e Judiciário de cada país membro e com organizações internacionais como a OIM, OIT, UNICEF, UNIFEM, organismos de defesa dos direitos humanos, União Européia, etc.

Foi indicado que tanto os modelos impostos pelas organizações internacionais como os governos nacionais são os culpados pela crise existente hoje na América Latina e no mundo com respeito ao fenômeno migratório.

O FIPA deve ser um foro que permita a análise de resoluções internacionais sobre migração com a finalidade de enriquecer o trabalho deste grupo, a fim de que os parlamentares possam adotar em seus próprios países tais resoluções para legislar sobre os respectivos temas.

Lamentou-se a falta de participação dos parlamentares dos Estados Unidos neste tema, já que eles são parte fundamental a fim de encontrar soluções adequadas para todos os países.

Agradecemos a participação dos

Integrantes

Presidente: Carlos Santiago Nágeiro (Guatemala)
María Cristina Perceval (Argentina)
John Henry Bostwich (Bahamas)
Sérgio Barros (Brasil)
Bernard Patre (Canadá)
Hugo Moreno (Equador)
Carmen Elena de Escalón (El Salvador)
Elsa Leonora Cú Isem (Guatemala)
Ricardo Rosais Román (Guatemala)
Etienne Thomas (Haiti)
Germán Sierra (México)
Raymundo Cárdenas Hernández (México)
Fernando Margain (México)
Sara I. Castellanos (México)
Rene Herrera Zúñiga (Nicarágua)
Judith da Mata (Peru)
Matthew Roberts (Santa Lúcia)
Elias Matta (Venezuela)
Desiree Santos Amaral (Venezuela)
Amalia Saez de Sanquiz (Venezuela)

Recomendações

Os Delegados dos Poderes Legislativos nacionais representados no Foro Interparlamentar das Américas (FIPA) atualmente realizado na Cidade do México.

Conscientes de que a migração é um fenômeno global que tem diversas causas, entre as quais se destacam as assimetrias econômicas entre os países, as diferenças de salário, a polarização socioeconômica, a pobreza, os conflitos internos e os desastres naturais,

recomendam:

1. Fortalecer a níveis bilateral e multilateral a criação de espaços de diálogo entre os países de origem e destino da migração. Para isso, é necessário estabelecer mecanismos de consulta para a criação de normas e programas que favoreçam uma migração segura, legal e ordenada.
2. Acelerar a homologação e/ou harmonização das legislações nacionais a fim de prevenir e erradicar o tráfico ilícito de pessoas e os delitos de falsificação e adulteração de documentos.
3. Promover a criação e a ratificação de instrumentos internacionais que protejam os direitos humanos dos migrantes, com especial ênfase nos direitos da infância, da adolescência e das mulheres.
4. Promover a análise crítica das responsabilidades que tanto os países de origem como os de destino têm sobre os fenômenos migratórios.
5. Fortalecer a cooperação e coordenação das nações na luta contra o terrorismo e assegurar o equilíbrio necessário entre os objetivos de segurança e os voltados a facilitar o movimento internacional de pessoas.
6. Propiciar a produção e circulação de informação e conhecimento para obter maior confiabilidade e eficácia nas políticas e normas referentes ao fenômeno migratório.

Anexo 11

Relatório e Recomendações do Grupo de Trabalho 4

Processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA

Texto original: Inglês/Espanhol

O Grupo de Trabalho N° 4 sobre a “Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)” foi presidido pela Senadora Céline Hervieux-Payette, do Canadá. O senhor Tom Oommem participou como facilitador.

O grupo tratou do tema da integração econômica no Hemisfério, destacando a necessidade de uma participação ativa e eficaz dos legislativos nacionais no processo de criação da ALCA. Delegações de todas as partes do Hemisfério discutiram uma série de temas com base em um resumo dos projetos de capítulo elaborados pelos nove grupos de negociação do ALCA. Estes projetos de capítulo foram publicados após a Terceira Cúpula das Américas, realizada na Cidade de Quebec, Canadá, em abril de 2001.

O Grupo de Trabalho tomou nota de uma exposição da Delegação do México e da distribuição de um Projeto de Lei Modelo sobre o papel dos legislativos nacionais nas negociações comerciais. O Grupo agradeceu à Delegação mexicana por sua iniciativa e concordou em estudar a lei modelo no contexto de seus próprios sistemas e práticas.

As Delegações do Canadá e do México concordaram em criar um grupo de trabalho para realizar o estudo dos efeitos do NAFTA nos sete anos de operação desde sua entrada em vigor, incluindo o capítulo 11.

Área de Livre Comércio das Américas

Conscientes de que a pobreza e a iniquidade limitam as possibilidades de integração econômica das Américas, e;

Convencidos de que a integração do Hemisfério não deve se limitar exclusivamente a aspectos comerciais mas, sim, levar em conta a dimensão social e ambiental dos acordos comerciais

Nós, os Parlamentares das Américas,

Recomendamos que o processo de negociação da ALCA deve fazer parte de um esforço mais amplo para criar prosperidade e aumentar as oportunidades econômicas e, ao mesmo tempo, promover a justiça social, a realização do potencial humano e o desenvolvimento ambiental sustentado.

Situação na Argentina

O FIPA expressa sua preocupação com a crise econômica atravessada pela República Argentina e os efeitos de tal crise sobre outras economias da região. O Foro destaca a importância de facilitar a ampliação das exportações argentinas como requisito para que esse país consolide sua moeda e gere genuínos meios de pagamento internacionais. Nesse sentido, durante as deliberações foi assinalado que o fim dos subsídios que distorcem os preços internacionais, bem como tarifas e restrições pára-alfandegárias, ajudaria efetivamente a Argentina e representaria um avanço no processo de liberalização do comércio.

Papel dos Parlamentos

Seguros da importância de uma efetiva participação dos Parlamentos nas negociações comerciais como representantes dos povos das Américas, e;

Conscientes da vital responsabilidade de ampliar o entendimento das implicações da criação da Área de Livre Comércio das Américas,

Nós, os Parlamentares das Américas,

Recomendamos a introdução do processo de negociação da ALCA como um tema de permanente discussão em todos os legislativos nacionais como matéria prioritária para todos os países do Hemisfério;

Recomendamos o intercâmbio de informação e experiências entre os legislativos nacionais em matéria de negociação e implicações dos acordos comerciais.

Nós, os Parlamentares das Américas,

Reconhecendo o impacto do comércio internacional sobre os povos das Américas;

Reconhecendo que o comércio exterior não é apenas um assunto da competência dos empresários, mas que tem que ver com o emprego, a renda, o nível de vida e o bem-estar da população;

Considerando que os legislativos nacionais são os legítimos representantes dos interesses da população;

Recomendamos que os legislativos nacionais das Américas tenham uma participação decisiva na celebração de acordos comerciais de qualquer natureza.

Transparência

Convencidos da necessidade de um compromisso permanente com a transparência e de uma comunicação crescente e sustentada com a sociedade civil, e;

Notando a decisão de tornar público o projeto preliminar do Acordo da ALCA após a Terceira Cúpula das Américas.

Nós, os Parlamentares das Américas,

Solicitamos que nossos governos se assegurem que a sociedade civil tenha uma percepção clara do desenvolvimento do processo de negociação da ALCA e que considerem a publicação regular do texto do Acordo da ALCA.

Acesso aos Mercados

Reconhecendo o valor de um sistema multilateral e regional de comércio internacional com base na aplicação do direito;

Preocupados com ações unilaterais fora do âmbito das regras internacionais de comércio que privilegiam interesses locais ou domésticos;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Solicitamos a nossos governos que evitem políticas ou medidas unilaterais que limitem o acesso aos mercados e afetem adversamente o comércio internacional e o investimento.

Recomendamos que o processo de negociação da ALCA estabeleça regras claras e efetivas para prevenir práticas protecionistas e que facilitem o comércio no Hemisfério.

Agricultura

Conhecedores da enorme importância da agricultura na maioria dos países do Hemisfério.

Reconhecendo a vulnerabilidade, a sensibilidade e as dificuldades estruturais dos setores agrícolas dos países em desenvolvimento;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Recomendamos que as necessidades dos países em desenvolvimento sejam levadas em conta e constituam parte integral do processo de negociação da ALCA em matéria

de agricultura, incluindo os métodos tradicionais de agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural;

Recomendamos a eliminação de subsídios à exportação e de outras práticas que afetem o comércio de produtos agrícolas no Hemisfério.

Recomendamos que as medidas sanitárias e fitossanitárias sejam aplicadas de maneira a não se constituírem em um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre países ou em uma restrição encoberta ao comércio internacional;

Investimentos

Reconhecendo os complexos temas políticos e técnicos na área de investimentos, incluindo a definição de investimento, expropriação, requisitos de desempenho e mecanismos de solução de divergências entre um Estado e um investidor;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Consideramos que o Estado de Direito é a melhor garantia para os investimentos estrangeiros diretos;

Recomendamos que o processo de negociação da ALCA estabeleça condições transparentes, justas, estáveis e previsíveis, em especial tratando-se de investimentos estrangeiros diretos, para prevenir o uso de disposições ou interpretação de disposições em acordos comerciais para promover exigências infundadas contra governos nacionais.

Direitos de Propriedade Intelectual

Reconhecendo que a propriedade e as políticas sobre o uso de recursos naturais e culturais são parte dos direitos soberanos de cada país do Hemisfério;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Recomendamos que o processo de negociação da ALCA leve em conta todas as preocupações dos países em assuntos de propriedade intelectual relacionados com o acesso aos recursos genéticos, conhecimento tradicional e cultural, e o direito de cada país de adotar medidas para proteger a saúde pública e o acesso de todos a medicamentos.

Serviços

Reconhecendo que os serviços constituem um setor-chave das economias dos países do Hemisfério;

Convencidos da amplitude e complexidade dos diferentes setores cobertos nas negociações comerciais sobre serviços;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Recomendamos que o processo de negociação da ALCA leve em conta todas as preocupações dos países, em particular as relacionadas com serviços públicos e/ou sensíveis, tais como saúde e educação, que se encontram intimamente ligados à cultura e identidade nacional.

Economias menores

Conscientes das diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanhos das economias do Hemisfério e dos desafios que um processo de negociação como a ALCA representa para todos os países participantes, e;

Acreditando que a integração econômica não se poderá cumprir sem regras justas de comércio, que levem em conta o nível de desenvolvimento e as diferenças de desenvolvimento, e o tamanho das economias;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Recomendamos que as economias menores recebam o tratamento que merecem, para assegurar sua efetiva participação nas negociações para a construção da ALCA, incluindo a consideração de mecanismos de cooperação.

Acordos Subregionais e Consistência com a OMC

Conscientes dos numerosos acordos comerciais vigentes, das negociações que estão sendo levadas a cabo no Hemisfério e da necessidade de consistência com as regras e disciplinas da OMC;

Nós, os Parlamentares das Américas,

Solicitamos a nossos governos que evitem disposições inconsistentes com as regras e disciplinas da OMC e assegurem que o eventual Acordo da ALCA possa coexistir com acordos comerciais bilaterais e sub-regionais.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O FINANCIAMENTO PARA O
DESENVOLVIMENTO (MONTERREY, MÉXICO, MARÇO 2002)

Nós, os Delegados do Foro Interparlamentar das Américas (FIPA), representando os legislativos nacionais do Hemisfério, aplaudimos o Congresso Mexicano por sua iniciativa de reunir as instituições que representam os parlamentos livremente eleitos do mundo.

A Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento das Nações Unidas a ser realizada em Monterrey, México, de 18 a 22 de março de 2002, é uma extraordinária oportunidade para se trabalhar visando atender às serias exigências de muitos países e povos do mundo para combater a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e econômicas, e promover um crescimento econômico sustentável.

O FIPA apoia e respalda os objetivos da Conferência da ONU em Monterrey. O FIPA se dedicará ao cuidadoso estudo das conclusões e decisões a serem adotadas naquela Conferência. O FIPA deseja considerar e integrar estas conclusões e decisões em suas deliberações futuras sobre o crescimento econômico nas Américas, a fim de trabalhar em estreita colaboração e entendimento com todas as demais instituições internacionais dedicadas aos mesmos objetivos.

O FIPA propõe à Conferência de Monterrey, reunida no México, a criação de fundos que permitam estabelecer mecanismos destinados a combater as desigualdades entre as nações e assegurar a igualdade de oportunidades como primeiro passo para a integração do Hemisfério americano.

Anexo 12
Declaração unilateral do Brasil à Assembléia Plenária do FIPA

Original: português

"DIÁLOGO PELO LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS"

A recente decisão do governo dos Estados Unidos da América em impor restrições ao comércio do aço, afetando principalmente o Brasil, demonstra a necessidade de estabelecermos parâmetros claros para nossas relações políticas, comerciais, sociais e culturais.

Somos entusiastas da integração dos povos americanos, mas não podemos esquecer que o primeiro passo deve ser dado por aqueles que pedem a nossa participação na elaboração de uma ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS, mas não a tornam efetiva ou tomam iniciativas modernizadoras em nossas relações comerciais.

A retórica do protecionismo é franca e aberta. É traduzida por atos, tratados e legislação complementar que determina a proteção do mercado interno, sobrepujando a teoria do livre comércio.

De outro lado, estamos ficando acostumados a perceber duas posturas diferentes, mesmo quando nossos povos clamam pela sua participação como parceiros econômicos, aliados incondicionais no combate à miséria e aos índices de desigualdade social.

Como artífices do futuro PARLAMENTO DAS AMÉRICAS, não podemos deixar de manifestar nossa inquietude pelas posições dúbias dos Estados Unidos da América, que pretendem, de um lado, fomentar a ALCA, e de outro, seguir com suas regras protecionistas, mas sempre a exigir o libelo dos países para acompanhar um receituário que ele mesmo não segue ou implementa.

Caso não haja uma efetiva mudança nas posições adotadas pelos Estados Unidos da América nas suas relações comerciais com os demais países do continente, dando novas e favoráveis soluções às controvérsias apontadas, o Brasil vê poucas chances de concretizar uma ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS. Portanto, neste Foro, vota contrariamente a qualquer decisão que implique apoio à continuidade de ações que implementem a ALCA.

DELEGAÇÃO BRASILEIRA JUNTO AO FORO INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)

Anexo 13
Formação do Comitê Executivo do FIPA

Representação	Parlamentar	País	Período no Comitê
Presidência	Senadora Céline Hervieux-Payette	Canadá	2002 – 2004
América do Norte	Senadora Silvia Hernández	México	2001 – 2003
	Deputado John Godfrey	Canadá	2002 – 2004
América Central	Deputado Ciro Cruz Zepeda	El Salvador	2001 – 2003
	Deputado Carlos Santiago Nágeiro	Guatemala	2002 – 2004
Caribe	Deputado Louis Tull	Barbados	2001 – 2003
	Deputada Doreen Chen	Jamaica	2002 – 2004
América do Sul	Deputado Marcelo Stubrin	Argentina	2001 – 2003
	Deputado Luiz Carlos Haulý	Brasil	2002 – 2004
País anfitrião	Legislador José I. Blandón	Panamá	2002 – 2003
Secretário			
Sr Mateo Barney			